BALANÇO GERAL - CONSOLIDADO

RELATÓRIO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, PATRIMONIAL E FISCAL

6. INTRODUÇÃO

6.1 CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO

A economia brasileira teve um desempenho fraco em 2014. A previsão inicial do governo apontava um crescimento do Produto Interno Bruto – PIB de 4,50%[1] em 2014 com relação a 2013, no entanto, o PIB encerrou o ano praticamente estável, com variação de 0,15%[2]. Além disso, a inflação continuou persistente e sendo motivo de preocupação para o governo brasileiro.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) fechou 2014 em 6,41%, superior a 2013, quando acumulou 5,91%. Com esse resultado, a inflação ficou dentro da meta estipulada pelo governo (Banco Central) no ano passado, estimada em 4,50%, com margem de dois pontos percentuais para mais ou menos, o que permite que a taxa varie de 2,50% a 6,50% sem descumprir a meta formalmente. Outros índices, como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE) e o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI/FGV) fecharam 2014 com 6,23% e 3,78%, respectivamente.

A balança comercial brasileira foi deficitária em US$ 3,96 bi em 2014 (exportações de US$ 225,10 bi e importações de US$ 229,06 bi), enquanto em 2013 foi superavitária em US$ 2,29 bi. Esse resultado negativo na balança comercial foi resultado das quedas de 7% nas exportações de 2013 para 2014 e de apenas 4,46% nas importações. Enquanto as exportações reduziram US$ 16,93 bi de 2013 para 2014, as importações reduziram US$ 10,69 bi no mesmo período. Para entender melhor essa situação, em 2013 foram exportados cerca de US$ 32,49 bi de minério de ferro, 2º principal produto da pauta de exportações do Brasil. Em 2014, as exportações desse mesmo produto caíram para US$ 25,82 bi, reduzindo 20,54%, ou US$ 6,67 bi. Já as importações de óleos brutos de petróleo, principal produto da pauta de importações brasileira, reduziram 4,83% ou US$ 787,66 mi, passando de US$ 16,32 bi em 2013 para US$ 15,53 bi em 2014.

[1] Fonte: Ministério do **Planejamento**: Orçamento anual de 2014. Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO 2014. Anexo IV, Metas Fiscais, IV.1 – Anexo de Metas Fiscais Anuais (art. 4º, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).
[2] Fonte: IBGE (Indicadores IBGE, Contas Nacionais Trimestrais, Indicadores de Volume e Valores Correntes, Outubro/Dezembro 2014).

Com relação ao comércio exterior brasileiro, cabe destaque, ainda, a queda nas exportações de 11,75% para a China, principal destino dos produtos brasileiros (US$ 46,03 bi em 2013 e US$ 40,62 bi em 2014) e o aumento de 9,63% nas exportações para os Estados Unidos, segundo parceiro comercial do Brasil (US$ 24,65 bi em 2013 e US$ 27,03 bi em 2014).

No mercado de trabalho foram gerados 396.993 (saldo) postos de trabalho celetistas em 2014, enquanto em 2013 foram 1.138.562, resultando em uma perda de 741.569 postos de trabalho. Os setores que contribuíram positivamente com o resultado de 2014 foram: Serviços (+476.108 postos) e Comércio (+180.814 postos). Já a Indústria de Transformação (-163.817 postos) e a Construção Civil (-106.476 postos) tiveram redução significativa de postos de trabalho.

TABELA 1 – Parâmetros Econômicos do Brasil, 2013-2014

Parâmetros	2013	2014
Desempenho do PIB:		
A Preços de Mercado (R$ trilhões)[1]	5,16	5,52
A Preços de Mercado (var. %)[1]	9,43	7,05
Série com Ajuste Sazonal (var. %)[1]	2,74	0,15
Saldo da Balança Comercial (US$ FOB bilhões)[2]	2,29	-3,96
Saldo da Geração de Empregos (milhões)[3]	1,14	0,4
Salário Mínimo (R$ 1,00)[4]	678	724
IPCA (var. % acumulada)[5]	5,91	6,41
INPC (var. % acumulada)[6]	5,56	6,23
IGP-DI (var. % acumulada)[7]	5,53	3,78
Taxa de Câmbio Média (R$/US$)[8]	2,16	2,35
Reservas internacionais (US$ bilhões)[9]	375,79	374,05
Meta da Taxa Selic (% a.a.)[10]	7,25 / 10,00	10,00 / 11,75

1) IBGE (Desempenho do PIB: 2013 – var. % dos valores de 2013 comparados com os valores de 2012; 2014 – var. % dos valores de 2014 comparados com os valores de 2013); 2) MDIC; 3 e 4) MTE (Saldo da Geração de Empregos: série ajustada); 5 e 6) IBGE; 7) Fundação Getúlio Vargas – FGV; 8 a 10) Bacen – Reservas Internacionais no conceito de liquidez, posição das reservas no último mês do ano; Meta da Taxa Selic (% a.a.): taxas de juros fixadas pelo Comitê de Política Monetária – Copom que iniciaram e finalizaram o ano.

O PIB brasileiro a preços de mercado aumentou 7,05% no comparativo de 2014 com 2013 (R$ 5,16 tri em 2013 e R$ 5,52 tri em 2014), inferior ao comparativo de 2012 com 2013, que foi de 9,43%. Levando-se em consideração a série com ajuste sazonal, o PIB acumulado no ano de 2014 teve um crescimento de 0,15% em relação a 2013. Em 2013, o crescimento acumulado em relação a 2012 foi de 2,74%.

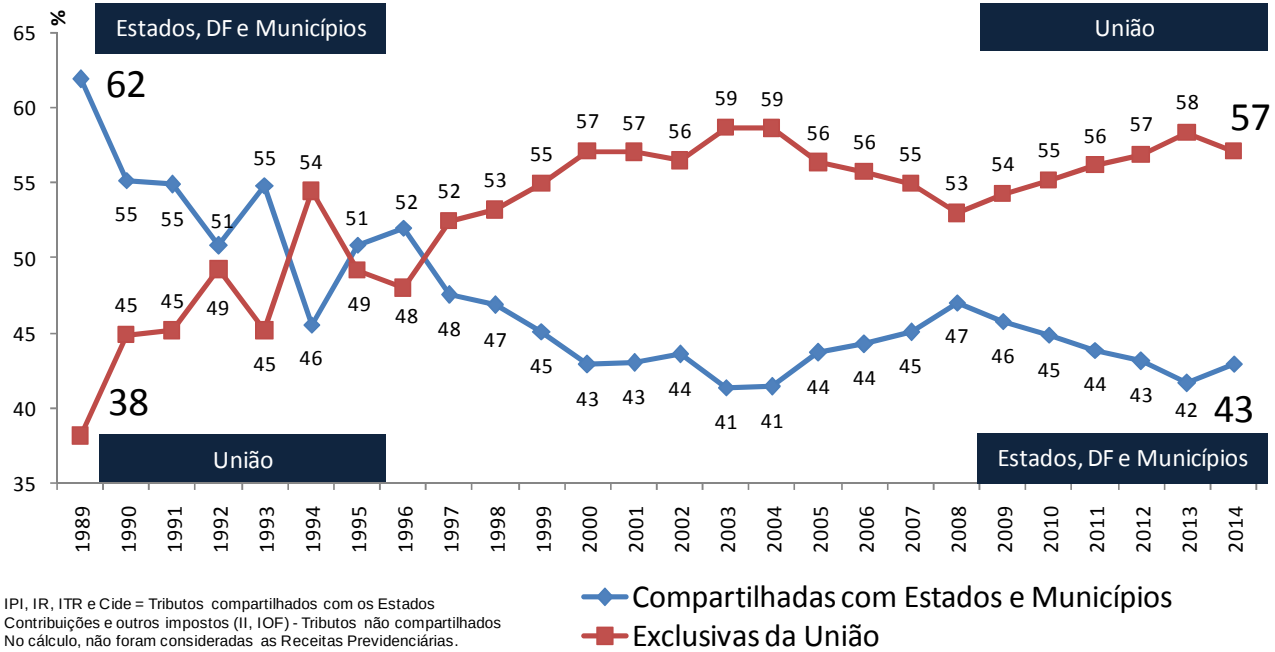
Considerando o Valor Adicionado das atividades em 2014, a Agropecuária registrou R$ 262,35 bi, a Indústria R$ 1,10 tri e os Serviços R$ 3,35 tri. Os Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios somaram R$ 802,35 bi. Entre os componentes da demanda, a Despesa de Consumo das Famílias totalizou R$ 3,45 tri, a Despesa de Consumo da Administração Pública R$ 1,11 tri, a Formação Bruta de Capital Fixo R$ 1,09 tri e a Variação de Estoques R$ 18,65 bi. A Balança de Bens ficou deficitária em R$ 152,22 bi. O setor de Serviços representou 71,03% do valor adicionado gerado pela economia brasileira, enquanto a Indústria foi responsável por 23,41% e o setor Agropecuário por 5,56%. As atividades econômicas da Agropecuária, Indústria e Serviços (valores correntes) apresentaram o seguinte desempenho: 6,23% (0,42% na série com ajuste sazonal), 3,29% (-1,15% na série com ajuste sazonal) e 9,16% (0,70% na série com ajuste sazonal), respectivamente, no comparativo do acumulado de 2014 com 2013.[3]

Por fim, após a apresentação dos principais indicadores da economia brasileira, cabe uma análise mais direcionada à relação entre governo federal e governos subnacionais, especificamente à política do governo federal para a distribuição de suas receitas aos estados e municípios, já que é notória a dependência destes aos Fundos de Participação dos Estados e Municípios – FPE e FPM, constituídos do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR e do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI.

[3] Indicadores IBGE – Contas Nacionais Trimestrais – Indicadores de Volume e Valores Correntes – Outubro a Dezembro 2014.

O Gráfico 1 demonstra que houve uma redução nas receitas compartilhadas com estados e municípios nos últimos 25 anos (base das Transferências Constitucionais). Em 1989, 62% das receitas arrecadadas pela União eram compartilhadas com estados e municípios, reduzindo para 43% em 2014, representando uma perda de 19%. Atualmente, a União fica com 57% de suas receitas, em 1989 ficava com apenas 38%.

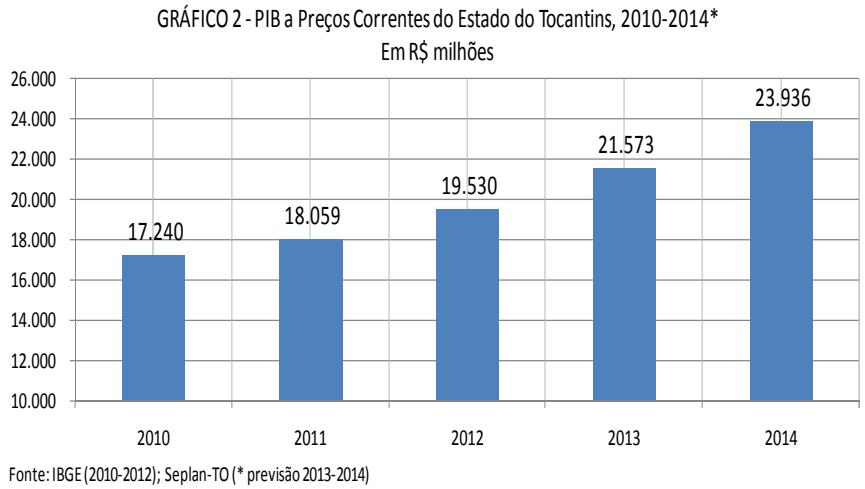
GRÁFICO 1 - % das Receitas da União Compartilhadas com Estados e Municípios e Exclusivas da União (1989-2014)

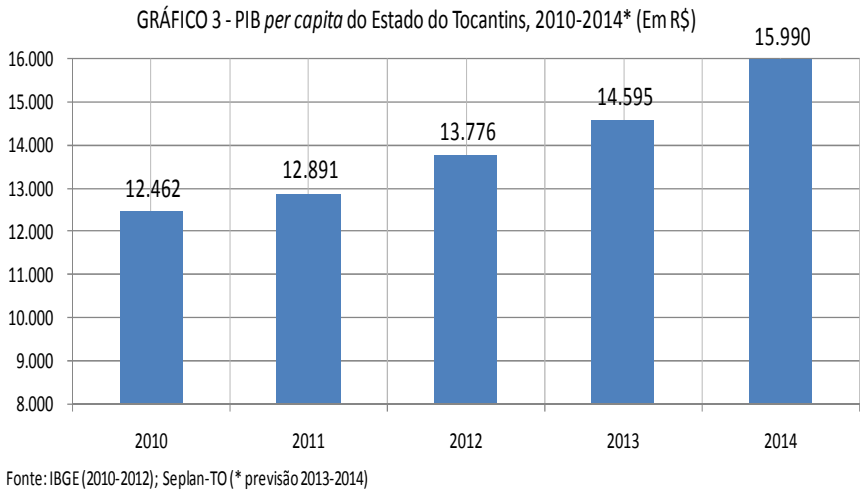


IPI, IR, ITR e Cide = Tributos compartilhados com os Estados
Contribuições e outros impostos (II, IOF) - Tributos não compartilhados
No cálculo, não foram consideradas as Receitas Previdenciárias.

6.1.1 CENÁRIO ECONÔMICO DO TOCANTINS

A economia tocantinense manteve-se aquecida e a expectativa é de que o PIB do Tocantins chegue em 2014 aos R$ 23,94 bi[4] (preços correntes), crescendo 10,95% em relação a 2013, quando o PIB foi previsto em R$ 21,57 bi (Gráfico 2). O PIB *per capita* acompanhou o desempenho positivo do PIB, sendo previsto R$ 14.595 para 2013 e R$ 15.990 para 2014, crescimento de 9,56% (Gráfico 3).



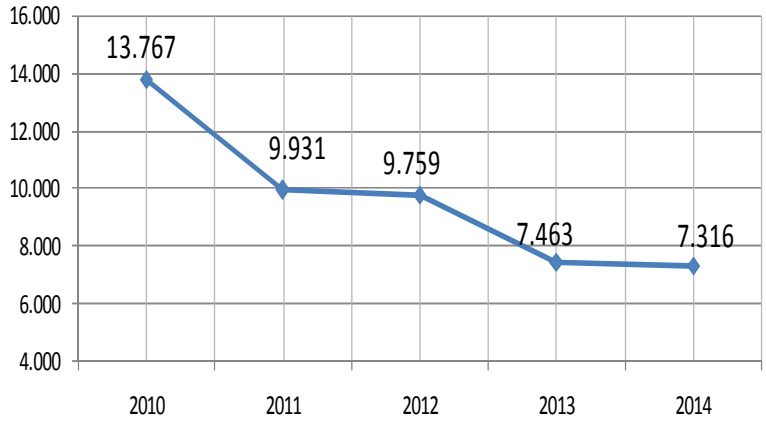


O mercado de trabalho formal celetista gerou 7.316 empregos em 2014, sendo 92.839 admissões e 85.523 desligamentos (Gráfico 4). No comparativo de 2013 com 2014, houve queda no Tocantins (-1,97%) e no Brasil (-65,13%), conforme pode ser visualizado no Gráfico 5.

[4] O último dado oficial do PIB dos Estados brasileiros divulgado pelo IBGE é o de 2012, no entanto, a Secretaria do Planejamento e Orçamento – Seplan-TO faz uma previsão para os anos de 2013 e 2014.

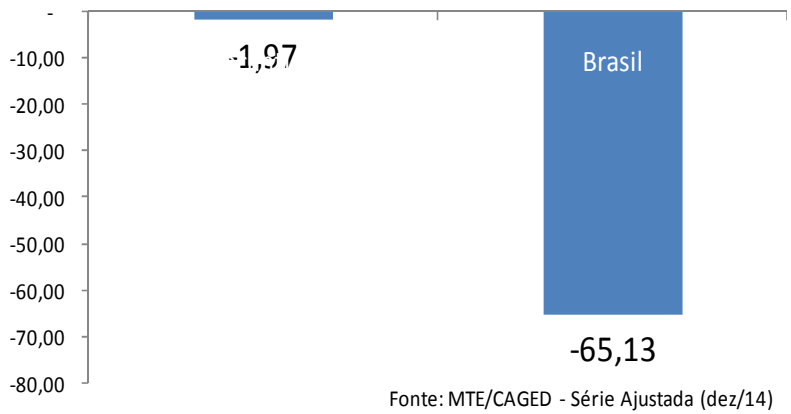
Os principais setores econômicos que contribuíram com o saldo positivo na geração de empregos em 2014 foram (Gráfico 6): Serviços (25.896 admissões, 22.331 desligamentos e saldo de 3.565 empregos), Construção Civil (18.131 admissões, 16.855 desligamentos e saldo de 1.276 empregos), Indústria de Transformação (9.886 admissões, 8.685 desligamentos e saldo de 1.201 empregos), Agropecuária (12.174 admissões, 11.457 desligamentos e saldo de 717 empregos) e Comércio (25.718 admissões, 25.044 desligamentos e saldo de 674 empregos). Os piores saldos vieram do Serviço Industrial de Utilidade Pública (471 admissões, 570 desligamentos e saldo de -99 empregos), da Administração Pública (52 admissões, 67 desligamentos e saldo de -15 empregos) e da Extrativa Mineral (511 admissões, 514 desligamentos e saldo de -3 empregos) [5]

GRÁFICO 4 - Geração de Empregos (Saldo) no Estado do Tocantins, 2010-2014



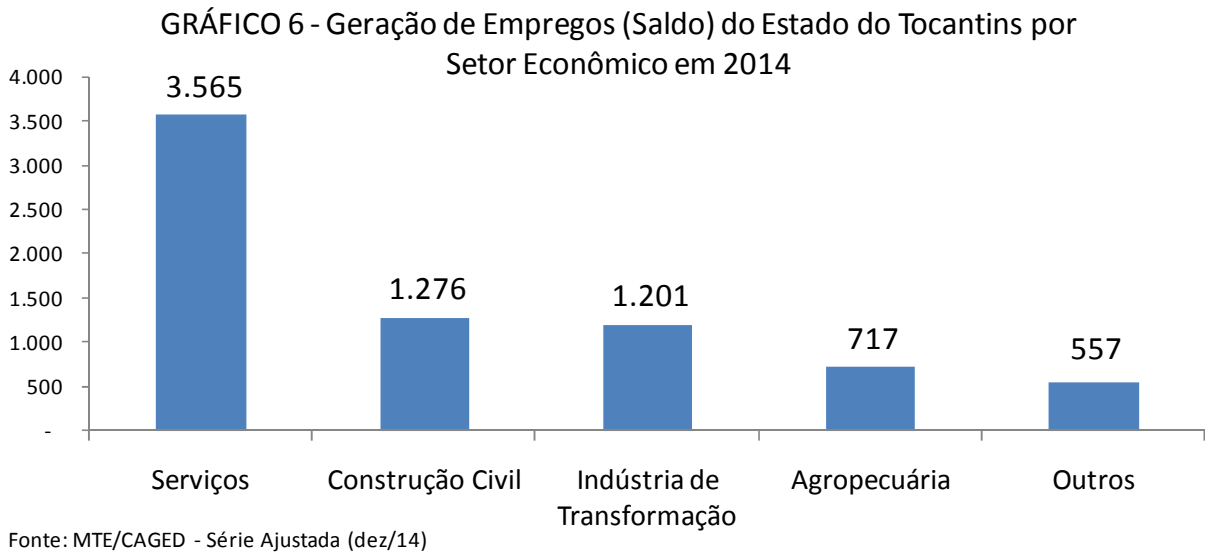
Fonte: MTE/CAGED - Série Ajustada (dez/14)

GRÁFICO 5 - Var. % do Saldo de Empregos, 2014/2013



Fonte: MTE/CAGED - Série Ajustada (dez/14)

[5] Ministério do Trabalho e Emprego – MTE / Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED: as informações têm como base o mercado de trabalho formal celetista. Série ajustada em dezembro de 2014.



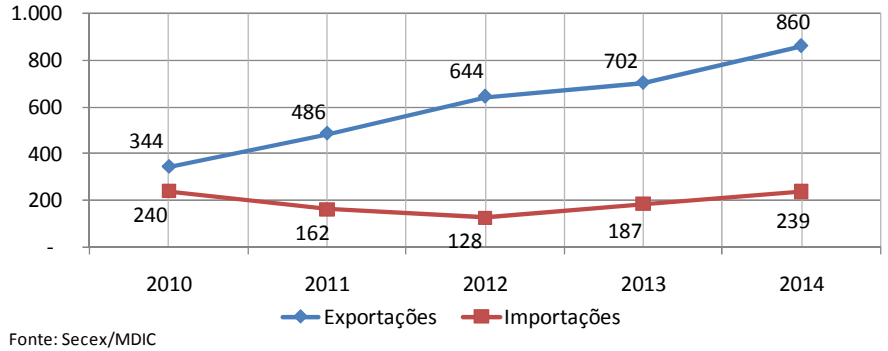
No comércio exterior, o Estado do Tocantins teve excelente desempenho em 2014, quando foram exportados US$ 860 mi, 22,42% a mais do que em 2013 (US$ 702 mi). As importações tiverem um incremento de 27,59%, passando de US$ 187 mi em 2013 para US$ 239 mi em 2014 (Gráfico 7). A balança comercial tocantinense foi superavitária em US$ 621 mi, maior superávit do período analisado (2010-2014). Em 2010, por exemplo, o superávit foi de apenas US$ 104 mi. O saldo da balança comercial do Tocantins teve um aumento de 20,55% no comparativo de 2013 com 2014. A brasileira teve uma queda elevada de 273,19% (Gráfico 8).

Os principais produtos exportados foram: Soja (US$ 626,80 mi ou 72,90% do total), Carnes e seus subprodutos (US$ 200,95 mi ou 23,37% do total), Couros (US$ 14,90 mi ou 1,73% do total) e Milho (US$ 12,66 mi ou 1,47% do total), conforme pode ser visualizado no Gráfico 9. Esses produtos corresponderam a 99,48% das exportações tocantinenses.

A pauta de exportações foi composta de 36 tipos diferentes de produtos, destinados a mais de 30 países, dentre eles China (US$ 286,11 mi ou 33,28% do total), Espanha (US$ 107,20 mi ou 12,47% do total), Holanda (US$ 97,26 mi ou 11,31% do total) e Rússia (US$ 74,68 mi ou 8,69% do total). A esses 4 países foram destinados 65,75% das exportações do Estado.

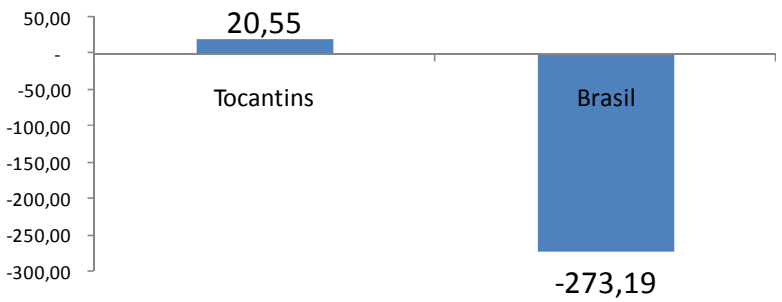
Já as importações tiveram mais de 100 tipos diferentes de produtos, vindos de mais de 30 países, sendo os principais: Estados Unidos (US$ 97,56 mi ou 40,90% do total), China (US$ 77,04 mi ou 32,30% do total) e Alemanha (US$ 19,22 mi ou 8,06% do total), totalizando 81,26% das importações do Tocantins.

GRÁFICO 7 - Comércio Exterior do Estado do Tocantins, 2010-2014
(Em US$ Fob milhões)



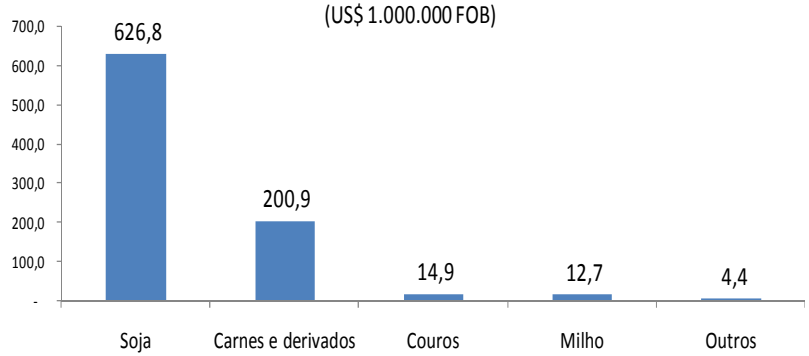
Fonte: Secex/MDIC

GRÁFICO 8 - Var. % do Saldo da Balança Comercial, 2014/2013



Fonte: Secex/MDIC

GRÁFICO 9 - Exportação do Estado do Tocantins por Produtos em 2014
(US$ 1.000.000 FOB)



Fonte: Secex/MDIC

6.2 DO ORÇAMENTO

6.2.1 Orçamento Geral

Conforme preceitua a Constituição Federal, o planejamento do setor público brasileiro deve ser consolidado a partir de três instrumentos: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), os quais devem ser articulados, interdependentes e compatíveis entre si, promovendo um planejamento de médio e curto prazo. O artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que o gestor público deve-se pautar em planejamento e transparência para o desenvolvimento de uma gestão fiscal responsável.

O Orçamento Geral do Estado do Tocantins é composto pelo Orçamento Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, e engloba os Poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

A Lei 2.538, de 16 de dezembro de 2011, alterada pela Lei nº 2.699, de 21 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado nº 3.793, de 11 de janeiro de 2013 estabeleceu as diretrizes para o quadriênio 2012-2015.

Em 2013, através da Lei n.º 2.279, publicada no Diário Oficial do Estado, n.º 4.010, de 22 de novembro de 2013, o Governo instituiu as Diretrizes Orçamentárias que tratam do Orçamento para o exercício de 2014.

A Lei n.º 2.816, de 27 de dezembro de 2013 (LOA), alterada pela Lei n.º 2.897 de 21 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado, n.º 4.207, em 04 de setembro de 2014, estimou a receita e fixou a despesa do Estado para o exercício de 2014 em R$ 9.168.590.470,00 (nove bilhões, cento e sessenta e oito milhões, quinhentos e noventa mil quatrocentos e setenta reais).

TABELA 2	PREVISÃO INICIAL		
DISCRIMINAÇÃO	RECURSOS		TOTAL
	ORDINÁRIOS	OUTRA FONTES	
1. Receitas Correntes	5.776.473.697	2.285.183.345	8.061.657.042
2. Receitas de Capital	-	1.677.017.677	1.677.017.677
3. Receitas Correntes Intraorçamentárias	-	409.800.000	409.800.000
4. Deduções da Receita	979.884.249	-	979.884.249
TOTAL DAS RECEITAS (1+2+3-4)	**4.796.589.448**	**4.372.001.022**	**9.168.590.470**
1. Despesas Correntes	4.030.562.200	1.976.400.682	6.006.962.882
2. Despesas de Capital	349.735.424	1.778.264.631	2.128.000.055
3. Despesas Correntes Intraorçamentárias	343.516.993	-	343.516.993
4. Reserva de Contigência	72.774.831	617.335.709	690.110.540
TOTAL DAS DESPESAS (1+2+3+4)	**4.796.589.448**	**4.372.001.022**	**9.168.590.470**

Fonte: LOA/2013 e Impby

6.2.2 Alteração No Orçamento

Além dos créditos orçamentários (recursos especificados na LOA para execução dos programas de trabalho do governo), ao longo da execução do orçamento podem surgir necessidades de despesas não previstas ou insuficientemente orçadas anteriormente. Para que tais necessidades sejam supridas, a administração se vale dos créditos adicionais. Além disso, a LOA pode sofrer alterações por remanejamentos, transposições ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra. Durante o exercício financeiro de 2014, o Orçamento Inicial teve um acréscimo de 3,78%, correspondente a CréditosAdicionais, totalizando R$ 9.529.241.667,42 (nove bilhões, quinhentos e vinte e nove milhões, duzentos e quarenta e um mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos) , evidenciados na tabela 3.

TABELA 3	ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA DESPESA			
ESPECIFICAÇÃO	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
Orçamento Inicial	6.350.479.875,00	2.128.000.055,00	690.110.540,00	9.168.590.470,00
Suplementação	441.187.396,62	528.403.863,80	27.993.627,00	997.584.887,42
Reduções	2.027.684.726,32	1.055.069.992,13	103.768.458,00	3.186.523.176,45
Crédito Especial	1.900.000,00	1.417.937,00	-	3.317.937,00
Redução Crédito Especial	195.129,00	1.011.483,00	-	1.206.612,00
Remanejamento	23.019.508,00	5.138.000,00	-	28.157.508,00
Transposição	704.001.243,00	454.894.626,00	-	1.158.895.869,00
Transferência	1.128.203.191,32	232.221.593,13	-	1.360.424.784,45
Orçamento Atualizado	6.620.911.358,62	2.293.994.599,80	614.335.709,00	9.529.241.667,42
Variação %	**4,08**	**7,24**	**(12,33)**	**3,78**

Fonte: Anexo2 orc

A despesa pública designa o conjunto dos dispêndios do Estado no atendimento dos serviços e encargos assumidos nos interesses da população. Na tabela 4 estão demonstrados os valores destinados aos Poderes.

TABELA 4	FIXAÇÃO ATUALIZADA DA DESPESA POR PODER	
PODER	VALOR	%
Legislativo	258.720.519	2,80
Judiciário	398.520.205	4,31
Ministério Público	132.409.702	1,43
Defensoria Pública	84.557.287	0,91
Executivo	8.378.940.044	90,55
TOTAL	**9.253.147.757**	**100,00**

Fonte: ANEXO2 e IMPBY

6.3 EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

No âmbito da administração pública, as Receitas Públicas podem ser orçamentárias, as que pertencem ao ente e são arrecadadas exclusivamente com a finalidade de serem aplicadas em ações e programas governamentais, ou extraorçamentárias, as que pertencem a terceiros, mas são recebidas pelo ente exclusivamente para fazer face às exigências contratuais pactuadas, sendo devolvidas posteriormente. As receitas orçamentárias são divididas em dois grandes grupos ou categorias econômicas: correntes e capital.

O total da Receita Orçamentária arrecadada pelo Estado em 2014 atingiu o montante de R$ 8.012.926.133,50 (Oito bilhões,doze milhões, novecentos e vinte e seis mil, cento e trinta e três reais e cinquenta centavos) superior à arrecadação do exercício anterior em 15,24%, conforme demonstrado na tabela 5.

Observando-se a composição da Receita Total por categoria, identifica-se que as Receitas Correntes foram responsáveis pelo percentual de 86,21% ao passo que as Receitas de Capital atingiram 6,92%, sendo que destes percentuais já foram excluídos as deduções e restituições.

TABELA 5 — EXECUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA

RECEITAS	2013	2014			% VARIAÇÃO
	ARRECADAÇÃO	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	AV	
Receitas Correntes	**6.034.604.898,13**	**7.097.599.899,00**	**6.907.556.501,99**	**86,21**	**14,47**
Receita Tributária	2.212.458.445,88	2.350.030.678,00	2.465.111.005,35	30,76	11,42
Transferências Correntes	3.902.255.470,69	4.674.275.212,00	4.200.132.718,88	52,42	7,63
Outras Receitas Correntes	777.372.867,41	1.053.178.258,00	1.159.973.320,33	14,48	49,22
Dedução da Receita Corrente	(857.481.885,85)	(979.884.249,00)	(917.660.542,57)	(11,45)	7,02
Rec Correntes Intra-orçamentária	**418.717.000,85**	**476.366.275,00**	**551.257.051,19**	**6,88**	**31,65**
Receitas Tributárias	-	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	416.575.501,34	475.008.618,00	544.227.775,23	6,79	30,64
Outras Receitas Correntes	2.141.499,51	1.357.657,00	7.029.275,96	0,09	228,24
Dedução da Rec. Cor. Intra-orç.	-	-	-	-	-
Receitas de Capital	**499.946.658,66**	**1.685.026.348,00**	**554.112.580,32**	**6,92**	**10,83**
Operações de Créditos	364.967.619,50	1.008.482.200,00	413.430.722,54	5,16	13,28
Transferências de Capital	70.224.081,23	616.927.069,00	100.422.854,17	1,25	43,00
Outras Receitas de Capital	64.754.957,93	59.617.079,00	40.274.444,55	0,50	
Dedução da Receita de Capital	-	-	(15.440,94)	-	-
Superávit Fin. Exerc. Anterior	-	270.249.145,42	-	-	-
Total Geral	**6.953.268.557,64**	**9.529.241.667,42**	**8.012.926.133,50**	**100,00**	**15,24**

Fonte: Anexo 12 - SIAFEM/TO

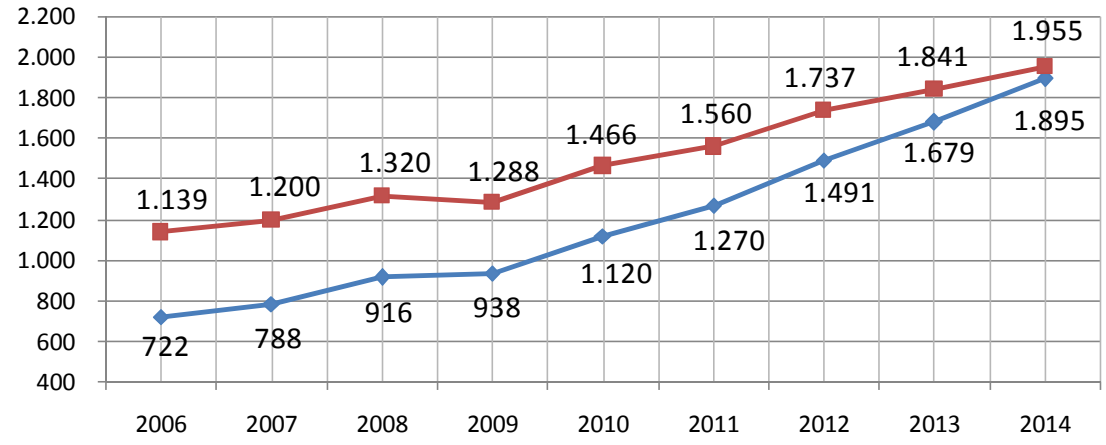
6.3.1 Receitas Correntes

As Receitas Correntes são os ingressos (entradas) de recursos financeiros originários de receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências correntes (Manual de Demonstrativos Fiscais-MDF).

3.3.1.1 Receita Tributária

A arrecadação do ICMS, principal tributo do Estado do Tocantins, teve um desempenho positivo, passando de R$ 1,68 bi em 2013 para cerca de R$ 2 bi em 2014 (Gráfico 10), com crescimento nominal de 12,85% e real de 6,19%, percentual próximo ao da média histórica do período analisado (2006-2014), que foi de 7,09%. Esse desempenho torna-se ainda mais expressivo já que 2014 também foi marcado pela crise internacional, impactando, mesmo que em menor proporção, a economia tocantinense.

GRÁFICO 10 - Arrecadação do ICMS do Estado do Tocantins, 2006-2014
(Em R$ milhões)



Fonte: Sefaz-TO
Nota: Real - valores atualizados até dez/14 com base no IPCA/IBGE

Os segmentos econômicos com maior representatividade na arrecadação do ICMS em 2014 foram (Tabela 2): Combustíveis, Lubrificantes, GLP e Outros Derivados de Petróleo (R$ 666,43 mi ou 35,17% do total); Energia Elétrica (R$ 178,68 mi ou 9,43% do total); Veículos Automotores e Componentes (R$ 146,75 mi ou 7,75% do total); Telecomunicações (R$ 144,77 mi ou 7,64% do total); Bebidas em Geral (R$ 113,18 mi ou 5,97% do total) e Material de Construção em Geral (R$ 88,61 mi ou 4,68% do total). Essas 6 atividades econômicas representaram 70,64% do total do ICMS recolhido em 2014.

Os melhores desempenhos em 2014, comparativamente com 2013, entre os principais segmentos econômicos foram (Tabela 2): Transportes em Geral e Armazenagens (41,92%, sendo R$ 19,84 mi em 2013 e R$ 28,16 mi em 2014); Móveis, Eletrodomésticos, Aparelhos Eletrônicos, de uso Pessoal e Doméstico (25,01%, sendo R$ 40 mi em 2013 e R$ 50 mi em 2014); Produtos Médicos e Odontológicos, Farmacêuticos, de Higiene Pessoal e Limpeza (21,07%, sendo R$ 54,10 mi em 2013 e R$ 65,50 mi em 2014) e; Combustíveis, Lubrificantes, GLP e Outros Derivados de Petróleo (17,55%, sendo R$ 566,92 mi em 2013 e R$ 666,43 mi em 2014). Os piores desempenhos vieram de Produtos Alimentícios em Geral (-1,61%, sendo R$ 78,10 mi em 2013 e R$ 76,84 mi em 2014) e Telecomunicações (-0,66%, sendo R$ 145,74 mi em 2013 e R$ 144,77 mi em 2014).

O Cadastro de Contribuintes do ICMS é composto de 114.060 contribuintes ativos, sendo 23.750 empresas, pessoas jurídicas (20,82% do total) e 90.310 produtores rurais, pessoas físicas (79,18% do total). As atividades econômicas mais representativas entre as empresas foram (Tabela 2): Hipermercados e Congêneres (2.781 empresas ou 11,71% do total); Material de Construção em Geral (2.628 empresas ou 11,07% do total); Tecidos, Confecções, Vestuário e Calçados (2.285 empresas ou 9,62% do total) e; Veículos Automotores e Componentes (2.177 empresas ou 9,17% do total).

TABELA 6 – Arrecadação do ICMS do Estado do Tocantins por Segmento Econômico 2013-2014

Em R$ milhões

Segmentos Econômicos	Qtde. Contribuintes	2013	2014	Var. %	% Total 2014
Combustíveis, Lubrificantes, GLP e Outros Derivados de Petróleo	1.133	566,92	666,43	17,55	35,17
Energia Elétrica	59	152,06	178,68	17,50	9,43
Veículos Automotores e Componentes	2.177	132,67	146,75	10,61	7,75
Telecomunicações	134	145,74	144,77	-0,66	7,64
Bebidas em Geral	400	99,01	113,18	14,32	5,97
Material de Construção em Geral	2.628	83,09	88,61	6,65	4,68
Produtos Alimentícios em Geral	1.297	78,10	76,84	-1,61	4,06
Produtos Médicos e Odontológicos, Farmacêuticos, de Higiene Pessoal e Limpeza	1.239	54,10	65,50	21,07	3,46
Hipermercados e Congêneres	2.781	54,09	58,08	7,37	3,07
Móveis, Eletrodomésticos, Aparelhos Eletrônicos, de uso Pessoal e Doméstico	1.078	40,00	50,00	25,01	2,64
Carnes e Derivados	576	40,79	46,22	13,30	2,44
Tecidos, Confecções, Vestuário e Calçados	2.285	28,74	33,58	16,83	1,77
Transportes em Geral e Armazenagens	974	19,84	28,16	41,92	1,49
Produtos Agropecuários e Veterinários	566	16,69	18,12	8,59	0,96
Demais Atividades Econômicas (Pessoa Jurídica)	6.423	69,36	80,27	15,73	4,24
Subtotal	23.750	1.581,19	1.795,19	13,53	94,75
Produtor Rural (Pessoa Física) e Contribuinte Eventual	90.310	97,82	99,53	1,74	5,25
TOTAL GERAL	114.060	1.679,02	1.894,72	12,85	100,00

Fonte: SEFAZ/TO

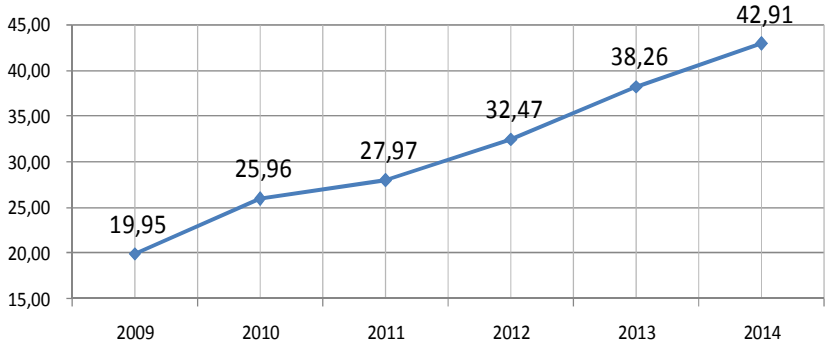
Notas: **Qtde. Contribuintes:** Quantidade de contribuintes inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS - CCI-TO e ativos na elaboração do relatório (05/02/15), cadastrados até 31/12/14; A qtde. de contribuintes informada no item Produtor Rural Pessoa Física e Contribuinte Eventual refere-se apenas ao Produtor Rural Pessoa Física; **2013 e 2014:** Arrecadação com todos códigos de receita do ICMS (inclui: juros, multa, correção monetária e dívida ativa); Regime de Caixa; Nas atividades econômicas, foram consideradas as Pessoas Jurídicas inscritas no CCI-TO, inclusive os optantes do Simples Nacional; Produtor Rural Pessoa Física (contribuintes inscritos no CCI-TO com CPF) e Contribuinte Eventual (contribuintes sem inscrição estadual).

O Simples Nacional e o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), este último com destaque para a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, merecem uma análise individualizada no contexto da arrecadação do ICMS, tendo em vista sua importância para economia do Estado, seja na geração de empregos fomentada pelo Simples Nacional, como pelo aumento da arrecadação proporcionada pela NF-e.

A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, instituiu o Simples Nacional, um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido, resultado de ampla negociação entre a representação política do pequeno empresariado e as três esferas de Governo. Nasceu com expectativa, entre outras, de redução da informalidade, de uma efetiva integração entre as administrações tributárias e de uma melhoria do ambiente de negócios no país que facilitasse para o pequeno empreendedor o desenvolvimento de seu negócio. O contribuinte optante pelo Simples Nacional, ao invés de apurar os oito tributos abrangidos pelo regime unificado (IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica) separadamente, apura os valores devidos em um único aplicativo de cálculo que emite também uma única guia de pagamento.

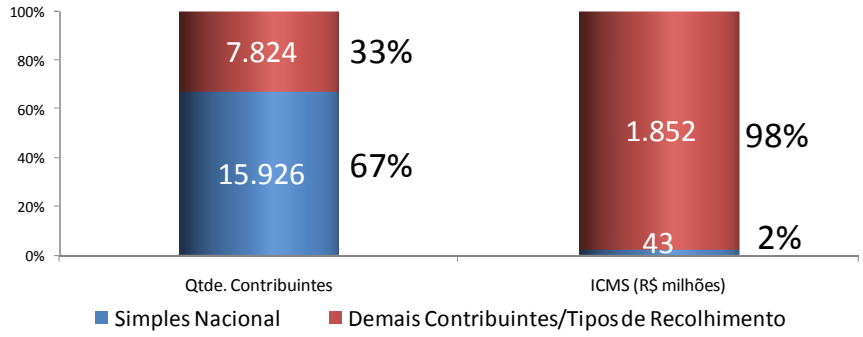
Em 2014, as empresas que auferiram receita bruta igual ou inferior a R$ 1,8 mi tiveram direito ao benefício no Tocantins. As empresas optantes pelo Simples Nacional recolheram R$ 42,91 mi em 2014, 2% do total do ICMS recolhido pelo Estado e 12,15% a mais que em 2013, quando foram recolhidos R$ 38,26 mi (Gráficos 11 e 12). Das 23.750 empresas ativas que compõem o Cadastro de Contribuintes do ICMS, 15.926 são optantes pelo Simples Nacional, representando 67% do total de contribuintes (Gráfico 12).

GRÁFICO 11 - Arrecadação do ICMS do Estado do Tocantins das Empresas Optantes pelo Simples Nacional, 2009-2014 (em R$ milhões)



Fonte: Sefaz-TO

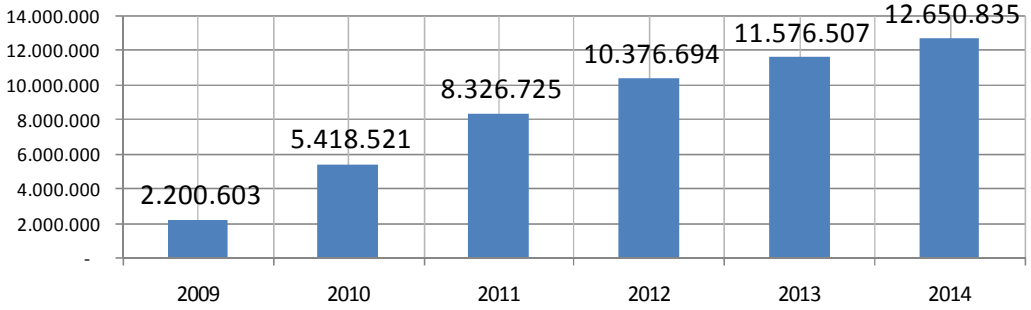
GRÁFICO 12 - Arrecadação do ICMS do Estado do Tocantins por Tipo de Contribuinte/Recolhimento (2014)



O Sped foi instituído pelo Decreto Federal nº 6.022/2007 e constitui-se em mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes. O Sped tem como objetivos, entre outros, promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais; racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores; tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica. Iniciou-se com três grandes projetos: Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital e a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e.

Desde o início, em 2008, até 2014, foram emitidas 50,63 milhões de NF-e no Tocantins. Só em 2014 foram emitidas 12,65 milhões, 9,28% a mais do que em 2013, quando foram emitidas 11,58 milhões (Gráfico 13). Em 2008, apenas as empresas de algumas atividades econômicas eram obrigados a emitir a NF-e, a seguir exemplificados: fabricantes, distribuidores ou atacadistas de cigarros; fabricantes de automóveis, camionetes, utilitários, caminhões, ônibus e motocicletas; fabricantes de cimento; fabricantes de bebidas alcoólicas, inclusive cervejas e chopes e; fabricantes de refrigerantes. A partir de 2010, além de ampliar a quantidade de atividades econômicas, passou a ser obrigatória a emissão da NF-e em todas as operações interestaduais, independentemente da atividade econômica.

GRÁFICO 13 - Notas Fiscais Eletrônicas - NF-e Emitidas, 2009-2014



Fonte: Sefaz-TO

Os principais programas / projetos / ações desenvolvidas pela Sefaz em 2014 na área tributária, com ênfase na fiscalização das receitas e combate à sonegação foram:

1. Planejamento das ações de fiscalização em estabelecimentos com regimes de tributação normal e do Simples Nacional, baseadas na análise de dados e informações tributário-fiscais, com a finalidade de elaboração de roteiros e de programas de fiscalização, sendo:

   a) Auditoria:

   - Evitar a decadência;
   - Verificar as divergências entre os valores de vendas declaradas com as informações fornecidas pelas Administradoras de Cartões de Crédito/Débito;
   - Lançamento dos créditos decorrentes do Imposto Declarado e Não Recolhido (IDNR).

   b) Monitoramento:

   - Programa de Regularidade Fiscal – PRF com o objetivo de verificar a regularidade no cumprimento das obrigações tributárias das empresas com regime de tributação normal e do Simples Nacional;
   - Relatório comparativo entre os valores declarados na Guia de Informação e Apuração Mensal do ICMS – GIAM com os valores efetivamente recolhidos. Ação executada nas Delegacias Regionais da Sefaz;
   - Programa de fiscalização nas empresas Distribuidoras de Bebidas;
   - Contribuintes inadimplentes com o envio das obrigações tributárias (Documento de Informações Fiscais – DIF).

2. Capacitação e Treinamentos: 175 Auditores;

   - Treinamento no Sistema Único de Fiscalização e Contencioso do Simples Nacional – Sefisc: Registro de Ação Fiscal, Auto de Infração ou Notificação Fiscal – AINF e Contencioso;

- Treinamento dos Auditores Fiscais no Programa de Regularidade Fiscal – PRF;
- Curso de Excel estratégico para Auditores Fiscais;
- Curso Auditor Eletrônico;
- Treinamento no Sefisc, promovido pela Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN/SE e realizado pelo Centro de Treinamento da Escola de Administração Fazendária em São Paulo – Centresaf/SP (Esaf/SP).

3. Operações em conjunto com a Sefaz-MA no trânsito de mercadorias;
4. Blitz programadas;
5. Combate à inadimplência do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA;
6. Sistema Fronteira Rápida;
7. Avaliação de bens para cobrança do Imposto sobre a Transmissão Causa *Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD;
8. Auditoria Eletrônica: disponibilização das informações de Escrituração Fiscal Digital – EFD, da Nota Eletrônica – NFe, do Conhecimento de Transporte Eletrônico – CTe, dos registros de passagens, dos arquivos de Operações Interestaduais – OIE e das Operações com cartões, débito e similares;
9. Mapeamento da produção de soja na região da zona de conflito.

- Educação Fiscal: As principais ações desenvolvidas pelo Grupo de Educação Fiscal Estadual – Gefe-TO foram: curso de capacitação de tutores; curso de disseminadores da educação fiscal; curso: I formação sobre finanças públicas e educação fiscal para prefeituras – etapa Estado do Tocantins; implantação do Programa de Educação Fiscal Municipal; participação na Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins; Seminário de Educação Fiscal e IPM (Índice de Participação dos Municípios) para Gestores Públicos e; curso de educação financeira – gestão de finanças pessoais.

- Capacitação:

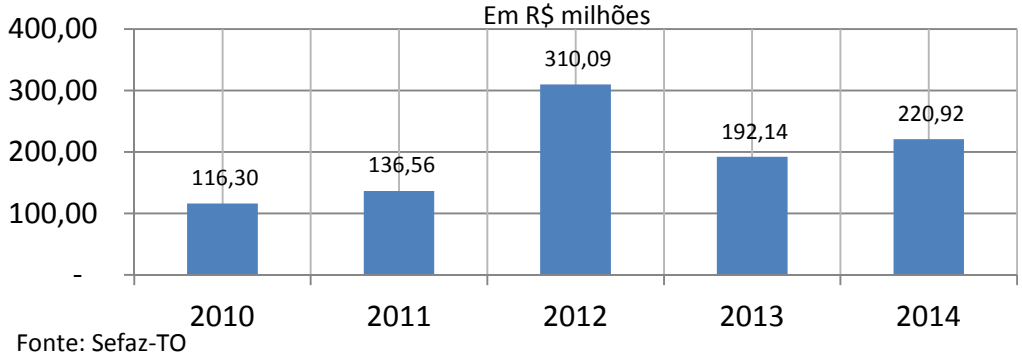
Tabela 7 – Resumo da Capacitação Realizada pela Escola de Gestão Fazendária – Egefaz em 2014

Área	Qtde. Eventos	Qtde. Participantes	Carga horária	Investimento (em R$)
Administrativa	11	337	250	20.719,00
Tributária	30	514	440	34.080,00
Informática	5	101	160	9.600,00
Total	46	952	850	64.399,00

Fonte: Divisão de Programação e Capacitação – Egefaz
Nota: Eventos – cursos, treinamentos, seminários e workshops.

Como resultado das ações desenvolvidas pela Sefaz na área tributária em 2014, foram constituídos R$ 220,92 mi de créditos tributários (Auto de Infração, Imposto Declarado e Não Recolhido – IDNR e Imposto Apurado, Não Declarado e Não Recolhido – IANR), 14,98% a mais do que em 2013, quando foram constituídos R$ 192,14 mi (Gráfico 14). No entanto, ao se comparar com 2010, quando foram constituídos R$ 116,30 mi em créditos tributários, houve um crescimento de 89,96%. Do montante constituído em 2014, R$ 186,96 mi foram referentes à Auto de Infração (84,63% do total), R$ 33,71 mi à IDNR (15,26% do total) e R$ 250 mil à IANR (0,11% do total).

GRÁFICO 14 - Constituição de Crédito Tributário, 2010-2014
Em R$ milhões



Fonte: Sefaz-TO

Destacam-se, ainda, os trabalhos desenvolvidos pelo Contencioso Administrativo-Tributário do Estado do Tocantins – CAT, vinculado à Secretaria da Fazenda, composto principalmente pela Primeira Instância e pelo Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais – COCRE.

Tabela 8 – Resumo dos Processos Apreciados pelo Contencioso Administrativo-Tributário em 2014

Em R$

Descrição	Primeira Instância						Segunda Instância	
	Impugnados		Reveis		Total			
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Procedentes	128	30.119.825	1.264	44.863.418	1.392	74.983.243	32	6.072.573
Improcedentes	27	227.398	111	396.094	138	623.491	29	4.225.564
Nulos	67	53.169.837	125	21.632.251	192	74.802.088	44	9.639.349
Decisão Parcial:	19	4.116.899	19	240.583	38	4.357.482	5	501.694
Procedentes em parte		2.646.027		155.312	-	2.801.339		229.231
Improcedentes em parte		637.020		83.271	-	720.290		272.464
Nulos em parte		833.853		2.000	-	835.853		-
Subtotal	241	87.633.959	1.519	67.132.345	1.760	154.766.305	110	20.439.180
Diligência					1.029	146.060.581	15	1.278.708
TOTAL	241	87.633.959	1.519	67.132.345	2.789	300.826.885	125	21.717.888

Fonte: Sefaz/TO (Contencioso Administrativo-Tributário do Estado do Tocantins – CAT).

Por fim, está em execução na Sefaz o Projeto de Modernização Fiscal do Estado do Tocantins – PMF-TO/Profisco, com objetivo de melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal, visando incrementar a receita própria do Estado, aumentar a efetividade e a qualidade do gasto público e prover melhores serviços ao cidadão. Serão investidos em 5 anos (2012 a 2017) US$ 45 mi, sendo US$ 40,4 mi do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e US$ 4,5 mi de contrapartida do Estado. A Tabela 9 apresenta a situação das ações em executadas pelo PMF-TO/Profisco em 2014.

Tabela 9 – Execução das Ações Orçamentárias do PMF-TO/Profisco em 2014

Em R$

Ação	Empenhados	Pagos	% Execução
Administração do Profisco	750.342	729.311	97,20
Implantação da Gestão Estratégica - Profisco	197.579	197.579	100,00
Implantação do Programa de Cooperação Interinstitucional Nacional e Internacional	490.171	490.171	100,00
Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital - Sped	-	-	-
Modernização da Administração Tributária Fiscal	6.640.716	6.340.716	95,48
Modernização e Aperfeiçoamento dos Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	2.608.781	2.242.725	85,97
Implantação do Modelo de Gestão de Pessoas	166.387	161.207	96,89
Implementação do Modelo de Gestão Financeira / Contábil	1.980	1.980	100,00
Implementação do Modelo de Gestão de Auditoria, Controle Interno e Corregedoria	31.394	31.394	100,00
Implementação do Modelo de Gestão de Material e de Patrimônio	10.100	10.100	100,00
Implementação do Modelo de Gestão de Processo Contencioso Administrativo Tributário	-	-	-
Implementação do Modelo dos Mecanismos de Comunicação com o Cidadão-Contribuinte	113.668	113.668	100,00
TOTAL	11.011.117	10.318.851	93,71

Fonte: UCP/Profisco/Sefaz - TO

6.3.1.2 Receitas de Contribuições

A arrecadação das Receitas de Contribuições no exercício de 2014 atingiu o montante de R$ 416.277.220,35(quatrocentos e dezesseis milhões, duzentos e setenta e sete mil, duzentos e vinte reais e trinta e cinco centavos) conforme demonstrado na tabela 10.

Em relação ao exercício anterior, o montante arrecadado foi superado em 17,60%. Essa arrecadação é resultante das Contribuições Sociais, com maior participação das Contribuições Previdenciárias dos Servidores Públicos, cujos recursos são administrados pelo Fundo de Previdência do Estado vinculado ao Instituto de Gestão Previdenciária- IGEPREV, com a missão de "assegurar os direitos relativos à previdência, garantindo o pagamento dos benefícios previdenciários aos seus segurados, nos termos da lei".

TABELA 10	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES			
ESPECIFICAÇÃO CONTRIBUIÇÕES	2013	2014		% VARIAÇÃO
	ARRECADAÇÃO	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	
Servidor Ativo (civil e militar)	220.380.092,41	250.000.000,00	273.821.983,38	24,25
Servidor Inativo (civil e militar)	7.623.676,07	6.000.000,00	11.592.472,07	52,06
Pensionista (civil e militar)	1.412.674,30	1.400.000,00	1.925.663,39	36,31
Assistencial	84.385.422,50	93.154.130,00	86.426.684,70	2,42
Outras	40.179.931,06	47.583.195,00	42.510.416,81	5,80
(-) Deduções das Rec. De Cont.	(20.320,75)	-	(2.058,84)	(89,87)
TOTAL	**353.961.475,59**	**398.137.325,00**	**416.275.161,51**	**17,60**

Fonte: Anexo 10 - SIAFEM/TO

6.3.1.3 Receita Patrimonial

As Receitas Patrimoniais atingiram o montante de R$ 607.016.623,75 (seiscentos e sete milhões, dezesseis mil, seiscentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos) e participaram com 8,79% do total das Receitas Correntes realizadas.

A maior parte dessas Receitas são provenientes de rendimentos de aplicações financeiras, fundos de investimentos de renda fixa, fundos imobiliários, e em seguimentos de renda variável gerenciados pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, órgão responsável por gerir os ativos financeiros originados das contribuições e demais receitas previdenciárias, que aplica os ativos em mercados de capitais em conformidade com as normas específicas, buscando sempre a maximização dos valores.

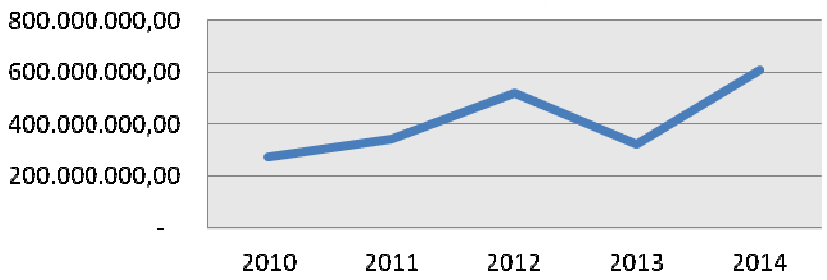
No período compreendido entre 2010 e 2014 as Receitas Patrimoniais apresentaram um aumento de 123,28%, conforme demonstrado na tabela 11 e no gráfico 16.

TABELA 11 EVOLUÇÃO DA RECEITA PATRIMONIAL

Exercício	Receita
2010	271.863.320,61
2011	340.949.559,75
2012	520.788.842,00
2013	323.122.610,95
2014	607.016.623,75

Fonte: Anexo 10 - SIAFEM/TO

GRÁFICO 15 EVOLUÇÃO DA RECEITA PATRIMONIAL



6.3.1.4 Receita de serviços

No exercício de 2014 foram arrecadados R$ 45.010.685,71 (quarenta e cinco milhões, dez mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e setenta e um centavos) de Receitas de Serviços.

6.3.1.5 Transferências Correntes

As Transferências Correntes são recursos financeiros de outras pessoas jurídicas de direito público ou privado destinados a atender despesas de manutenção ou funcionamento relacionadas a uma finalidade específica. Dentre essas receitas estão a Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE, Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, Transferências de Recursos do FUNDEB e as Transferências de Convênios, apresentados na tabela 12.

TABELA 12	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
ESPECIFICAÇÃO	2013	2014			%
	ARRECADAÇÃO	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% EXEC.	VARIAÇÃO
Cota - Parte FPE	2.891.751.132,50	3.435.208.300,00	3.151.174.066,23	91,73	8,97
Cota - Parte CIDE	1.140.947,75	2.308.889,47	2.308.889,87	100,00	102,37
Transferências Recursos do SUS	261.941.304,41	293.491.288,00	253.633.394,77	86,42	(3,17)
Transferência para Educação	44.996.944,67	91.430.587,00	37.378.248,56	40,88	(16,93)
Transf. Recursos do FUNDEB	643.557.820,87	721.421.112,00	683.919.684,51	94,80	6,27
Transferências de Convênios	18.402.105,92	77.747.135,00	13.144.256,27	16,91	(28,57)
Outras Transf. Correntes	40.465.214,57	52.667.900,53	58.574.178,67	111,21	44,75
TOTAL	**3.902.255.470,69**	**4.674.275.212,00**	**4.200.132.718,88**	**89,86**	**7,63**

Fonte: Anexo 10 - SIAFEM/TO

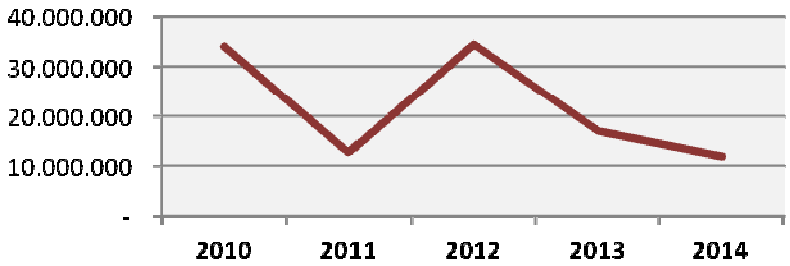
Conforme demonstrado na tabela 12, no exercício de 2014 o repasse do FPE ao Estado do Tocantins apresentou um aumento de 8,97% em relação ao exercício de 2013.

As Transferências de Convênios da União representam as parcerias realizadas com a União na execução de programas de trabalho de interesse comum das duas esferas de governo. No exercício de 2014, o montante de R$ 11.776.817,35 (onze milhões, setecentos e setenta e seis mil, oitocentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos) representou 89,60% do total dessa fonte de recursos, e houve uma queda de 69,47% no ingresso desses recursos em relação ao exercício de 2013, representado pelo gráfico 16.

TABELA 13	EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO
Exercício	Receita
2010	34.101.792,70
2011	12.648.060,28
2012	34.450.028,60
2013	16.951.889,34
2014	11.776.817,35

Fonte: Anexo 10 - SIAFEM/TO

GRÁFICO 16 EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DA UNIÃO



6.3.1.6 Outras Receitas Correntes

Nessa rubrica, são contabilizadas as receitas decorrentes de multas, juros e cobranças da dívida ativa e apresentou, em 2014, o montante de R$ 91.668.790,52 (noventa e um milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, setecentos e noventa reais e cinquenta e dois centavos), com destaque para a cobrança referente a Outras Multas Previstas na Legislação de Trânsito, com um

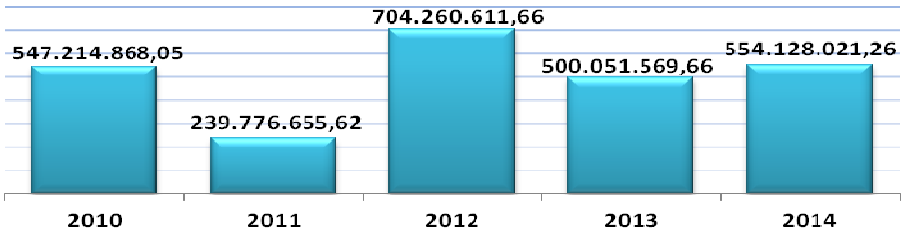
montante arrecadado de R$ 18.532.438,96 (dezoito milhões, quinhentos trinta e dois mil, quatrocentos e trinta e oito reais e noventa e seis centavos), responsável por 20,22% do total das Outras Receitas Correntes.

6.3.2 Receitas de Capital

São as provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

Em 2014 as receitas de capital alcançaram o montante de R$ 554.128.021,26 (quinhentos e cinquenta e quatro milhões, cento e vinte e oito mil, vinte e um reais e vinte e seis centavos). No gráfico 17, está a evolução dos ingressos nessa rubrica nos últimos 5 anos.

GRÁFICO 17 EVOLUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL



6.3.2.1 Operações de crédito

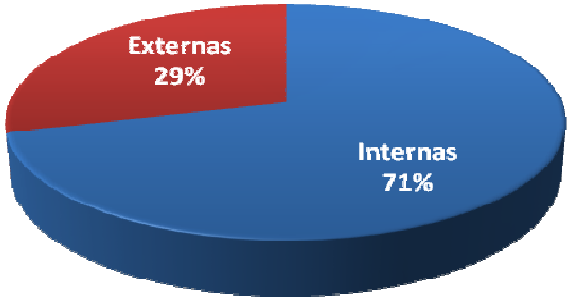
Dentre as Receitas de Capital, destacam-se as Operações de Crédito, com um montante de R$ 413.430.722,54 (quatrocentos e treze milhões, quatrocentos e trinta mil, setecentos e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos), representando 74,61% do total da Receita de Capital, sendo R$ 293.432.801,66 (duzentos e noventa e três milhões, quatrocentos

e trinta e dois mil, oitocentos e umreais e sessenta e seis centavos), oriundos de Operações de Crédito Internas e R$ 119.997.920,88 (cento e dezenove milhões, novecentos e noventa e sete mil, novecentos e vinte reais e oitenta e oito centavos) de Operações de Crédito Externas.

Do total que compõem as receitas de Operações de Crédito Internas fazem parte: os contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, que têm como objeto a construção de unidades habitacionais e o contrato PROESTADO firmado junto ao Banco do Brasil com o objetivo de implementar a infraestrutura estadual.

No que tange aos empréstimos externos, o Governo do Estado recebeu R$ 72.237.776,99(setenta e dois milhões, duzentos e trinta e sete mil, setecentos e setenta e seis reais e noventa e nove centavos), referente ao Financiamento PDRIS, contratado pelo Estado do Tocantins junto ao Banco Mundial para melhor eficácia dos transportes rodoviários e maior eficiência dos serviços público. O gráfico 18 apresenta composição das Receitas de Operações de Crédito.

GRÁFICO 18 OPERAÇÕES DE CRÉDITO



6.3.2.2 Alienação de Bens

A Receita Arrecadada referente à Alienação dos Bens do Estado, no ano de 2014, atingiu um total de R$ 23.778.538,41 (vinte e três milhões, setecentos e setenta e oito mil, quinhentos e trinta e oito reais e quarenta e um centavos). A Alienação de títulos mobiliários foi a fonte que mais contribuiu para esse montante, com R$ 14.197.344,36 (quatorze milhões, cento e noventa e sete mil, trezentos e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos), referente a vendas de ações da TOBASA, ocorridas no exercício, e da SANEATINS, alienada em 2013, cujo restante da receita foi repassada ao governo no exercício corrente.

6.3.2.3 Amortização de Empréstimos

Os recebimentos de empréstimos concedidos pelo Governo do Estado do Tocantins têm sua origem no Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, mediante a execução do PROEDUCAR, que é uma linha de crédito educativo a estudantes carentes, e no Fundo de Desenvolvimento Econômico Social – FUNDES, vinculado ao Instituto Social Divino Espírito Santo - PRODIVINO, mediante a execução dos Programas: Assistência Financeira que é uma linha de crédito específica para liberação de recursos financeiros para o servidor público estadual (concursado / comissionado), em exercício mínimo de 12 meses, o Nossa Oportunidade e o Micro Crédito que são programas do Governo do Tocantins que oferecem empréstimos para pequenos comerciantes, profissionais autônomos, prestadores de serviço e para todos que querem começar ou ampliar um pequeno negócio, totalizando R$ 16.495.906,14 (dezesseis milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, novecentos e seis reais e quatorze centavos).

6.3.2.4 Transferências de Capital

O segundo item com maior representatividade no grupo das Receitas de Capital são as Transferências de Capital, que totalizaram R$ 100.422.854,17 (cem milhões, quatrocentos e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e dezessete centavos), com participação de 18,12% nas receitas de capital. Cabe destacar que nas Transferências de Capital, a maior parte trata-se de recebimento de Transferências de Convênios da União, no valor de R$ 72.009.526,05 (setenta e dois milhões, nove mil, quinhentos e vinte e seis reais e cinco centavos), contribuindo em 71,71% do total dessa rubrica.

6.4 EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Despesa Orçamentária é o fluxo que deriva da utilização de crédito consignado no orçamento da entidade, podendo ou não diminuir a situação liquida patrimonial (MACASP). São gastos realizados pelos entes públicos a fim de viabilizar o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

As despesas, assim como as receitas, também são classificáveis em orçamentárias e extraorçamentárias.

No exercício de 2014 as Despesas Realizadas atingiram o montante de R$ 7.507.435.286,92 (sete bilhões, quinhentos e sete milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, duzentos e oitenta e seis reais e noventa e dois centavos), sendo que do total gasto foram aplicados em cada categoria 84,13% e 15,85%, respectivamente, conforme a tabela 14.

TABELA 14 — EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA

ESPECIFICAÇÃO	2013	2014		AV
	EXECUÇÃO	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	
Créditos Orç. E Suplementares	**6.610.992.581,96**	**9.527.130.342,42**	**7.506.142.426,40**	**99,98**
Despesas Correntes	5.259.477.417,20	6.057.915.063,23	5.762.203.740,71	76,75
Despesas Correntes Intra-Orç	412.806.394,41	561.291.424,39	553.962.295,32	7,38
Despesas de Capital	938.708.770,35	2.293.588.145,80	1.189.976.390,37	15,85
Reserva de Contingência	-	614.335.709,00	-	-
Créditos Especiais	**15.516.818,47**	**2.111.325,00**	**1.292.860,52**	**0,02**
Despesas Correntes	13.822.858,42	1.704.871,00	1.292.860,52	0,02
Despesas Correntes Intra-Orç	1.693.870,05	-	-	-
Despesas de Capital	90,00	406.454,00	-	-
Créditos Extraordinários	**-**	**-**	**-**	**-**
Despesas Correntes		-	-	-
Total Geral	**6.626.509.400,43**	**9.529.241.667,42**	**7.507.435.286,92**	**100,00**

Fonte: Anexo 12 - SIAFEMTO

6.4.1 Despesas Realizadas por Função

No que se refere aos gastos públicos, dentre as prioridades estabelecidas pelo Governo do Estado demonstradas na tabela 15, destacam-se as seguintes funções: Administração, 20,41%; Saúde, 19,55%; Educação, 14,11% e Segurança Pública, 9,15%.

As funções de Previdência Social 32,85% e Judiciária 19,92% tiveram um aumento quando comparado com a execução no exercício de 2013. Já na função Essencial à Justiça houve um decréscimo de -11,71%.

TABELA 15 — DESPESA POR FUNÇÃO — R$ 1mil

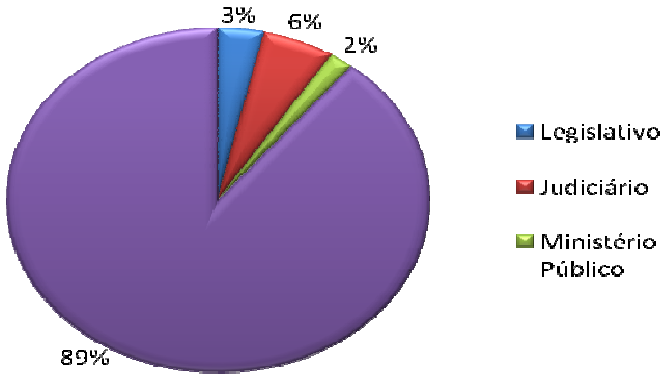
FUNÇÕES	2013	2014	AV %	AH %
Legislativa	244.633	261.941	3,49	7,07
Judiciária	360.021	431.740	5,75	19,92
Essencial à justiça	115.474	101.955	1,36	-11,71
Administração	1.403.786	1.532.466	20,41	9,17
Segurança Pública	673.119	687.050	9,15	2,07
Previdência Social	293.068	389.337	5,19	32,85
Saúde	1.245.447	1.467.648	19,55	17,84
Educação	1.038.001	1.059.318	14,11	2,05
Transporte	409.033	679.312	9,05	66,08
Encargos Especiais	353.492	369.224	4,92	4,45
Outras funções	490.435	527.445	7,03	7,55
TOTAL	**6.626.509**	**7.507.435**	**100,00**	**13,29**

Fonte: Anexo 09 - SIAFEM/TO

6.4.2 Despesas Realizadas por Poder

O gráfico 19, demonstra a participação de cada um dos poderes na despesa total realizada no exercício:

GRÁFICO 19 — DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR PODER



6.4.3 Despesas Correntes

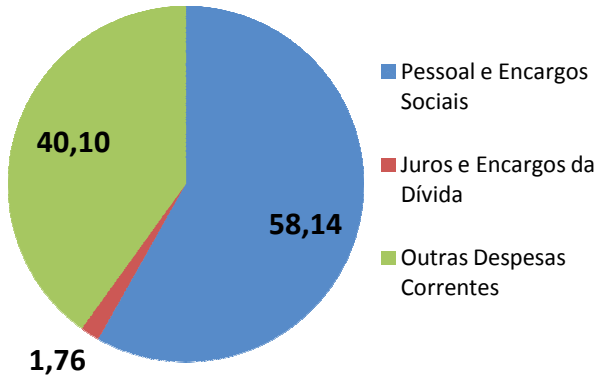
As Despesas Correntes e as Despesas Correntes Intraorçamentárias são responsáveis pela manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral, sendo classificadas em Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida Pública e Outras Despesas Correntes, vide tabela 16.

No exercício de 2014, conforme apresentado no gráfico 20, do total das despesas de custeio, o Governo do Estado investiu 58,14% em Recursos Humanos, 1,76% em Juros e Encargos da Dívida, relativos aos compromissos da Dívida Interna e Externa e, por fim, foram aplicados 40,10% em Outras Despesas Correntes, as quais deram suporte à execução dos programas de trabalho.

TABELA 16	DESPESAS CORRENTES	
ESPECIFICAÇÃO	**EXECUÇÃO**	**AV%**
Despesas Correntes	**5.763.496.601,23**	**91,23**
Pessoal e Encargos Sociais	3.129.374.923,93	49,54
Juros e Encargos da Dívida	111.042.314,12	1,76
Outras Despesas Correntes	2.523.079.363,18	39,94
Despesas Cor. Intra-Orçamentárias	553.962.295,32	8,77
Pessoal e Encargos Sociais	543.882.898,64	8,61
Outras Despesas Correntes	10.079.396,68	0,16
TOTAL	**6.317.458.896,55**	**100,00**

Fonte: Anexo2 - SIAFEM/TO

GRÁFICO 20 COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES



5.4.3.1 Pessoal e Encargos Sociais

Neste grupo de Despesa, o Governo do Tocantins aplicou a maior parte dos recursos orçamentários correntes, totalizando R$ 3.673.258 (três bilhões, seiscentos e setenta e três milhões e duzentos e cinquenta e oito mil), apresentando um crescimento nominal de 6,85% em relação ao ano anterior.

TABELA 17	EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS						Em milhares
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	2012	2013	2014	AV	AH
Contratação p/ Tempo Det.	9.489	108.551	196.804	170.524	191.421	5,21	1.917,38
Venc. Vant. Fixas - Civil e Militar	1.856.649	2.105.085	2.289.287	2.541.582	2.671.972	72,74	43,91
Obrigações Patronais	294.346	379.311	427.434	78.888	56.172	1,53	(80,92)
Sentenças Judiciais	10.247	5.572	2.511	5.047	15.766	0,43	53,86
Outras Despesas de Pessoal	2.060	158.080	103.052	641.669	737.927	20,09	35.722,71
TOTAL	**2.172.790**	**2.756.599**	**3.019.088**	**3.437.708**	**3.673.258**	**100**	**69,06**

Fonte: Anexo2 - SIAFEM/TO

Analisando a tabela 17, verificou-se que o total da Despesa com Pessoal e Encargos Sociais teve um incremento real de 69,06% nos últimos cinco anos.

O Estado vem atuando de forma a garantir recursos humanos de qualidade a fim de assegurar o funcionamento da máquina administrativa em todas as áreas, como: segurança, educação, saúde, assistência social e outras. Desta forma, do total geral das Despesas com Pessoal executadas em 2014, foram investidos 72,74% na rubrica Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil e Militar, seguido de 20,09% de Outras Despesas de Pessoal, e Obrigações Patronais Intraorçamentárias que são inerentes da Contribuição por parte do Estado ao Instituto Geral de Previdência - IGEPREV para a manutenção do Sistema Previdenciário dos Servidores Públicos.

6.4.3.2 Juros e Encargos da Dívida

O Estado teve um gasto de R$ 111.030.099,00 (cento e onze milhões, trinta mil e noventa e nove reais) com Despesas de Manutenção da Dívida Interna e Externa. Desse total, R$ 83.362.560,60 (oitenta e três milhões, trezentos e sessenta e dois mil, quinhentos e sessenta reais e sessenta centavos) foram gastos com Juros e Encargos da Dívida Interna, enquanto que R$ 27.667.538,40 (vinte e sete milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, quinhentos e trinta e oito reais e quarenta centavos) referem-se aos Juros e Encargos da Dívida Externa, correspondendo a 75,08% e 24,92% respectivamente.

6.4.3.3 Outras Despesas Correntes

Os gastos em Outras Despesas de Custeio que contribuíram para o funcionamento da máquina administrativa totalizaram R$ 2.533.158.759,86 (dois bilhões, quinhentos e trinta e três milhões, cento e cinquenta e oito mil, setecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos). Na composição deste valor, destacam-se as Despesas com Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica e Aposentadorias e Reformas, bem como as Transferências de Recursos aos Municípios na forma de Distribuição de Receita.

6.5 Despesas de Capital

As Despesas de Capital são realizadas visando adquirir ou construir bens de capital, como por exemplo, imóveis e veículos, bens esses que vão compor o patrimônio público ou originar novos bens e serviços. Em 2014, do montante de R$ 1.189.976.390,37 (um bilhão, cento e oitenta e nove milhões, novecentos e setenta e seis mil, trezentos e noventa reais e trinta e sete centavos), foram aplicados em Investimentos 79,04%, apontando com clareza a preocupação do Estado em fomentar a economia através da melhoria da sua infraestrutura, tabela 18.

TABELA 18	EXECUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL			
ESPECIFICAÇÃO	EXECUÇÃO		AV%	AH%
	2013	2014		
Investimentos	675.776	940.508	79,04	39,17
Inversões Financeiras	35.062	17.645	1,48	(49,68)
Amorização da Dívida	227.871	231.824	19,48	1,73
TOTAL	**938.709**	**1.189.976**	**100,00**	**26,77**

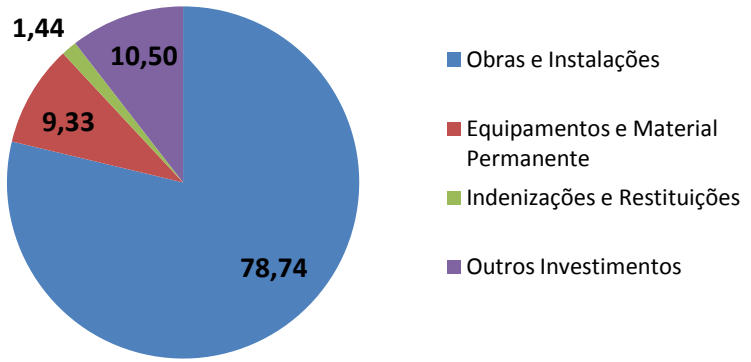
Fonte: Anexo2 - SIAFEM/TO

6.5.1 Investimentos

Os gastos com Investimentos totalizaram R$ 940.507.639,52 (novecentos e quarenta milhões, quinhentos e sete mil, seiscentos e trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos). Conforme tabela 19 e gráfico 21, 78,74% desses investimentos foram gastos em Obras e Instalações.

TABELA 19	COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	AV%
Obras e Instalações	740.529.970,81	78,74
Equipamentos e Material Permanente	87.742.152,19	9,33
Indenizações e Restituições	13.502.641,74	1,44
Outros Investimentos	98.732.874,78	10,50
TOTAL	**940.507.639,52**	**100,00**

GRÁFICO 21 COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS



6.5.2 Inversões Financeiras

As Inversões Financeiras são compostas pelas Aquisições de Imóveis e as Concessões de Empréstimos e Financiamentos. No exercício de 2014, o montante de despesas classificadas nesse grupo foi de R$ 17.644.556,12 (dezessete milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e doze centavos).

No total supramencionado dos gastos com Inversões Financeiras, estão os empréstimos para servidores públicos, empréstimos PROEDUCAR e constituição ou aumento de capital de empresa os quais são discriminados da seguinte forma:

- Concessão de crédito educativo a estudantes universitários carentes do Programa de Crédito Educativo do Estado do Tocantins - PROEDUCAR, totalizando R$ 1.526.591,48(um milhão, quinhentos e vinte e seis mil, quinhentos e noventa e um reais e quarenta e oito centavos);
- Concessão de empréstimos e financiamentos a servidores públicos, programa de assistência financeira, no valor de R$ 4.775.569,94 (quatro milhões, setecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e quatro centavos);
- Apoio financeiro a projetos de empreendedores, visando a promoção e geração de emprego e renda, por meio de apoio à população carente que não tem trabalho formal, totalizando R$ 4.955.931,88 (quatro milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e trinta e um reais e oitenta e oito centavos), liberados através de empréstimos a mutuários do Banco da Gente. Desta forma, o Governo do Estado do Tocantins vem atuando de forma a apoiar seus empreendedores, fomentando a economia e a criação de novos postos de trabalho e promovendo a geração de renda a toda população.

6.5.3 Amortização da Dívida

O Estado teve um gasto de R$ 248.153.514,20 (duzentos e quarenta e oito milhões, cento e cinquenta e três mil, quinhentos e quatorze reais e vinte centavos) com Despesas de Amortização da Dívida, sendo: R$ 106.944.294,14 (cento e seis

milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, duzentos e noventa e quatro reais e quatorze centavos) de Dívida Externa e R$ 141.209.220,06 (cento e quarenta e um milhões, duzentos e nove mil, duzentos e vinte reais e seis centavos) com pagamentos do valor principal da Dívida Pública Interna. Ressalte-se que do total amortizado de dívida interna, R$ 23.442.973,20 (vinte e três milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, novecentos e setenta e três reais e vinte centavos) refere-se ao parcelamento de débitos previdenciários, devidos ao Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS; R$ 466.286,88 (quatrocentos e sessenta e seis mil, duzentos e oitenta e seis reais e oitenta e oito centavos) ao parcelamento de débitos tributários de PIS/PASEP, devidos à Receita Federal do Brasil; R$ 155.294,92 (cento e cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa e quatro reais e noventa e dois centavos) referente ao parcelamento de débitos junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; e R$ 37.181.460,77 (trinta e sete milhões, cento e oitenta e um mil, quatrocentos e sessenta reais e setenta e sete centavos) de Atualização Monetária da Dívida Interna, sendo que deste montante, R$ 1.449.750,64 (um milhão, quatrocentos e quarenta e nove mil, setecentos e cinquenta reais e sessenta e quatro centavos, refere-se à amortização de precatórios.

6.6 RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O Balanço Orçamentário, segundo o art. 102 da Lei n.º 4.320/64, é a demonstração contábil que evidencia as Receitas e Despesas Previstas em confronto com as Realizadas podendo apresentar os seguintes resultados:

Receita arrecadada > Despesa Executada = Superávit Orçamentário;
Receita arrecadada < Despesa Executada = Déficit Orçamentário;
Receita arrecadada = Despesa Executada = Resultado Nulo (equilíbrio)

Este demonstrativo está estruturado em duas seções, na primeira são apresentadas as Receitas Previstas em confronto com as Realizadas, e na segunda são apresentadas as Despesas Fixadas, organizadas por Créditos Orçamentários, Suplementares, Especiais e Extraordinários, em confronto com as Despesas Executadas.

Observa-se na tabela 20 que a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2014 apresentou um Superávit no montante de R$ 505.490.846,58 (quinhentos e cinco milhões, quatrocentos e noventa mil, oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), sendo que a arrecadação da Receita atingiu 84,09% do que foi previsto. Já em relação às Despesas Orçamentárias, foram executados 78,78% do total autorizado no orçamento, ocasionando uma economia orçamentária de 21,22%.

TABELA 20 — BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	% Exe.	DESPESAS	FIXADA	EXECUÇÃO	% Exe.
Receitas Correntes	7.097.599.899,00	6.907.556.501,99	97,32	**Créditos Orçamentários e Suplementares**	**9.527.130.342,42**	**7.506.142.426,40**	**78,79**
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	476.366.275,00	551.257.051,19	115,72	Despesas Correntes	6.057.915.063,23	5.762.203.740,71	95,12
Receitas de Capital	1.685.026.348,00	554.112.580,32	32,88	Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	561.291.424,39	553.962.295,32	98,69
Superávit Financeiro de Exerc. Anteriores	270.249.145,42	-		Despesas de Capital	2.293.588.145,80	1.189.976.390,37	51,88
				Reserva de Contigência	614.335.709,00	-	
				Créditos Especiais	**2.111.325,00**	**1.292.860,52**	**61,23**
				Despesas Correntes	1.704.871,00	1.292.860,52	75,83
				Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	-	-	
				Despesas de Capital	406.454,00	-	0,00
SOMA	**9.529.241.667,42**	**8.012.926.133,50**	**84,09**	**SOMA**	**9.529.241.667,42**	**7.507.435.286,92**	**78,78**
DÉFICIT	**-**	**-**		**SUPERÁVIT**	**-**	**505.490.846,58**	
TOTAL	**9.529.241.667,42**	**8.012.926.133,50**	**84,09**	**TOTAL**	**9.529.241.667,42**	**8.012.926.133,50**	**84,09**

Fonte: Anexo 12 - SIAFEM/TO

6.7 GESTÃO PATRIMONIAL

6.7.1 Balanço Patrimonial

Conforme MCASP, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação (atos que podem vir ou não a afetar o patrimônio).

O Ativo é composto pelos bens e direitos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, oriundos de fatos ocorridos, enquanto o Passivo contempla as obrigações do ente para com terceiros, resultantes de eventos que exigirão a aplicação de ativos para sua liquidação.

TABELA 21 — ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	2013	2014	AV %	AH%	PASSIVO	2013	2014	AV %	AH %
FINANCEIRO	**3.532.542.746,24**	**3.724.713.862,65**	**45,15**	**5,44**	**FINANCEIRO**	**294.463.582,79**	**331.276.997,85**	**1,57**	**12,50**
Disponível	3.520.489.757,90	3.677.547.572,75	44,58	4,46	Dívida Flutuante	294.217.815,92	331.276.997,85	1,57	12,60
Agentes Arrecadadores	1.109.053,71	3.894.585,26	0,05	251,16	Valores Pendentes	245.766,87	-	-	(100,00)
Créditos Tributários	35.800,04	5.525.366,86	0,16	-					
Realizável	10.908.134,59	37.746.337,78	0,46	246,04					
PERMANENTE	**4.196.210.508,17**	**4.525.221.142,33**	**54,85**	**7,84**	**PERMANENTE**	**16.173.805.840,54**	**20.726.722.645,67**	**98,43**	**28,15**
Bens do Estado	1.953.941.370,18	2.065.592.808,74	25,04	5,71	Dívida Fundada	2.094.663.041,02	2.476.352.835,41	11,76	18,22
Depreciação Acumulada	(19.458.947,57)	(29.474.208,05)	(0,36)	51,47	Provisões Mat. Previdenciárias	13.908.684.899,01	17.543.472.668,59	83,31	26,13
Créditos do Estado	1.636.786.966,43	1.846.038.079,90	22,38	12,78	Obrigações a Pagar	6.300.000,00	3.400.000,00	0,02	-
Empréstimos Concedidos	130.890.982,77	122.431.337,32	1,48	(6,46)	Outras Obrigações	164.157.900,51	703.497.141,67	3,34	328,55
Valores do Estado	474.591.188,79	491.158.916,37	5,95	3,49					
SOMA DO ATIVO REAL	**7.728.753.254,41**	**8.249.935.004,98**	**100,00**		**SOMA DO PASSIVO REAL**	**16.468.269.423,33**	**21.057.999.643,52**	**100,00**	**-**
SALDO PATRIMONIAL									
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	**8.739.516.168,92**	**12.808.064.638,54**							
COMPENSADO	**2.970.514.436,53**	**3.469.494.584,96**		**16,80**	**COMPENSADO**	**2.970.514.436,53**	**3.469.494.584,96**		
TOTAL	**19.438.783.859,86**	**24.527.494.228,48**		**26,18**	**TOTAL**	**19.438.783.859,86**	**24.527.494.228,48**		**26,18**

Fonte: Anexo14 SIAFEM/ TO

6.7.2 Ativo Patrimonial

O Ativo Financeiro compreende os créditos e valores que independem de autorização legislativa para serem realizados, as disponibilidades de numerários, bem como outros bens e direitos pendentes ou em circulação. Conforme apresentado na tabela 21, a análise horizontal demonstrou, em 2014, um aumento no ativo financeiro de 5,44% em relação ao exercício de 2013 em razão do aumento nas aplicações do RPPS e outras disponibilidades.

No ativo permanente destaca-se, em 2014, o grupo dos Empréstimos Concedidos pelo Estado, cujo recebimento depende de autorização na Lei Orçamentária. Esse grupo é formado pelos empréstimos concedidos pelo PROEDUCAR - Programa de Crédito Educativo do Governo do Estado do Tocantins, criado em 2004, sendo gerenciado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Tocantins, através do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, tendo por objetivo financiar parcialmente os cursos de graduação de estudantes carentes matriculados em Instituição de Ensino Superior não gratuita no Estado; e PRODIVINO - criado com o intuito de desenvolver ações diretas ou indiretas para a inserção social das camadas menos privilegiadas, com a viabilização financeira e geração de emprego e renda, sendo gerido pelo Instituto Social Divino Espírito Santo - PRODIVINO, autarquia vinculada diretamente ao Executivo Estadual.

Analisando horizontalmente os cinco últimos exercícios apresentados na tabela 22, verificou-se um aumento de 17,18%neste grupo.

TABELA 22	COMPARATIVO DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS					
Empréstimos Concedidos	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**AH%**
PROEDUCAR	45.629.344,23	50.912.826,64	52.737.305,44	52.207.185,40	48.919.708,22	7,21
PRODIVINO	58.849.293,83	73.709.085,53	74.837.298,66	78.683.797,37	73.511.629,10	24,92
Total	**104.478.638,06**	**124.621.912,17**	**127.574.604,10**	**130.890.982,77**	**122.431.337,32**	**17,18**

Fonte: Balancete - SIAFEM/TO

6.7.3 Passivo Patrimonial

Na composição do patrimônio em 31 de dezembro de 2014, em conformidade com o Anexo 14, da Lei n.º 4.320/64, o Passivo Real corresponde ao total de R$ 21.057.999.643,52 (vinte e um bilhões, cinquenta e sete milhões, novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos); sendo R$ 331.276.997,85 (trezentos e trinta e um milhões, duzentos e setenta e seis mil, novecentos e noventa e sete reais e oitenta e cinco centavos) de Passivo Financeiro, compreendendo os compromissos cujos pagamentos independem de autorização orçamentária, como por exemplo: restos a pagar, consignações, caução, depósitos de outras origens, valores não reclamados, ordens de pagamento e/ou cheque em trânsito, dentre outros; e R$ 20.726.722.645,67 (vinte bilhões, setecentos e vinte e seis milhões, setecentos e vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e sessenta e sete centavos) de Passivo Permanente, que compreendem as obrigações que dependem de autorização orçamentária para serem pagas, como as Operações de Crédito Interna e Externa.

Observa-se na tabela 23 que, o grupo mais significativo do Passivo Financeiro, com 95,82%, foi o dos Restos a Pagar.

A inscrição de Restos a Pagar foi efetuada considerando-se as despesas empenhadas no exercício, por credor, distinguindo-se as despesas processadas (liquidadas) das não processadas (pendentes de liquidação), conforme preceitua o parágrafo único do artigo 92, da Lei Federal n.º 4.320/64.

TABELA 23 — COMPARATIVO PASSIVO FINANCEIRO 2013-2014

DISCRIMINAÇÃO	2013	AV	2014	AV	AH
Consignações e Encargos Sociais	560.214,94	0,19	870.512,35	0,26	55,39
Caução	1.764.887,72	0,60	1.767.236,01	0,53	0,13
Depósitos de Outras Origens	4.711.980,92	1,60	5.892.301,98	1,78	25,05
Outros Credores	1.816.782,27	0,62	774.701,93	0,23	(57,36)
Restos a Pagar	278.234.307,50	94,49	317.430.023,92	95,82	14,09
Valores não Reclamados	91.836,79	0,03	146.472,92	0,04	59,49
Taxa de Risco	3.657.472,58	1,24	3.974.507,94	1,20	8,67
Ord. Pag. e/ou ch Trânsito	3.380.333,20	1,15	421.240,80	0,13	(87,54)
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-
Precatórios a Pagar	-	-	-	-	-
Valores Pendentes	245.766,87	0,08	-	-	(100,00)
TOTAL PASSIVO FINANCEIRO	**294.463.582,79**	**100,00**	**331.276.997,85**	**100,00**	**12,50**

Fonte: Anexo14 - SIAFEM/TO

No Passivo Permanente destacou-se, em 2014, o grupo dos Precatórios Judiciais, tabela 24, cujo montante atingiu R$ 189.765.965,44 (cento e oitenta e nove milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, novecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos).

TABELA 24	PRECATÓRIOS		
PRECATÓRIOS	**De Natureza Alimentar - PRA**	**De Natureza Comum - PRC**	**TOTAL**
Saldo em 31/12/2013	39.087.160,78	141.657.716,58	180.744.877,36
(+) Inscrição	9.064.085,23	14.873.677,90	23.937.763,13
(+) Atualização	1.449.750,64	-	1.449.750,64
(-) Cancelamento	-	-	-
(-) Pagamento	15.850.240,34	516.185,35	16.366.425,69
(=) Saldo em 31/12/2013	**33.750.756,31**	**156.015.209,13**	**189.765.965,44**

Fonte: Balancete/SIAFEM

6.7.4 Resultado Financeiro

O resultado financeiro do Balanço Patrimonial é apurado pela diferença entre o Ativo e o Passivo Financeiro. Se esta diferença for positiva, diz-se que houve Superávit Financeiro, se negativa, houve Déficit Financeiro.

O Estado demonstra uma situação Patrimonial positiva, apresentando um Superávit Financeiro no valor R$ 3.393.436.864,80 (três bilhões, trezentos e noventa e três milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, oitocentos e sessenta e quatro

reais e oitenta centavos) com uma variação de 4,80% em relação ao exercício de 2013. A análise do quociente da Situação Financeira, que expressa a relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, concluiu que o Estado tem uma boa capacidade para honrar os seus compromissos no curto prazo, ou seja, para cada R$ 1,00 de obrigações, possui R$ 11,24 (onze reais e vinte e um centavos) de recursos no seu Ativo Financeiro.

TABELA 25	RESULTADO FINANCEIRO			
DISCRIMINAÇÃO	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Ativo Financeiro (A)	2.618.848.893,64	3.400.365.894,24	3.532.542.746,24	3.724.713.862,65
Passivo Financeiro (P)	129.354.996,30	343.381.207,65	294.463.582,79	331.276.997,85
SUPERÁVIT FINANCEIRO (A)-(P)	**2.489.493.897,34**	**3.056.984.686,59**	**3.238.079.163,45**	**3.393.436.864,80**
SITUAÇÃO FINANCEIRA (A)/(P)	**20,25**	**9,90**	**12,00**	**11,24**

Fonte: Anexo 14 - SIAFEM/TO

6.7.5 Saldo Patrimonial

É apurado confrontando o Ativo Real com o Passivo Real do Balanço Patrimonial, obtendo a Situação Patrimonial. No exercício de 2014, a situação patrimonial do Governo do Estado do Tocantins apresenta uma situação negativa, em que o Passivo Real supera o Ativo Real em R$ 12.808.064.638,54 (doze bilhões, oitocentos e oito milhões, sessenta e quatro mil, seiscentos e trinta e oitoreais e cinquenta e quatro centavos). Destaca-se como um dos motivos desse resultado a Provisão Matemática Previdenciária, contabilizada no Fundo de Previdência do Estado do Tocantins em conformidade com a legislação dos Regimes

Próprios de Previdência Social, totalizando um Passivo Atuarial de R$ 17.543.472.668,59 (dezessete bilhões, quinhentos e quarenta e três milhões, quatrocentos e setenta e dois mil, seiscentos e sessenta e oito reais e cinquenta e nove centavos).

TABELA 26	BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO		
ATIVO		**PASSIVO**	
Ativo Financeiro	3.724.713.862,65	Passivo Financeiro	331.276.997,85
Ativo Permanente	4.525.221.142,33	Passivo Permanente	20.726.722.645,67
Ativo Real	**8.249.935.004,98**	**Passivo Real**	**21.057.999.643,52**

Saldo Patrimonial	
Passivo Real a Descoberto	**12.808.064.638,54**

Fonte: Anexo 14 - SIAFEM/TO

6.7.6 Da Demonstração das Variações Patrimoniais

Conforme o disposto no art.º 104, da Lei n.º 4.320/64, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia todas as modificações positivas e negativas verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e ao final indica o resultado econômico do exercício. As variações Patrimoniais compreendem Variações Ativas e Variações Passivas. As Variações Ativas agregam novos elementos ao Patrimônio, aumentando-o; e as Variações Passivas reduzem a situação patrimonial através do aumento de valores passivos. Pela diferença dessas variações, obtém-se o resultado patrimonial.

Analisando o resultado da execução orçamentária, verifica-se que o total das receitas orçamentárias superou o das despesas em R$ 505.490.846,58 (quinhentos e cinco milhões, quatrocentos e noventa mil, oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e oito centavos), evidenciando o superávit do período. Em relação às mutações patrimoniais, o resultado, também,

representou um superávit no valor de R$ 85.438.531,16 (oitenta e cinco milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, quinhentos e trinta e um reais e dezesseis centavos).

TABELA 27	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS RESULTANTE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
VARIAÇÕES ATIVAS		AV %	VARIAÇÕES PASSIVAS		AV %
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
Receita Orçamentária	**R$**		**Despesa Orçamentária**	**R$**	
Receitas Correntes	6.907.556.501,99	86,21	Despesas Correntes	5.763.496.601,23	76,77
Receita de Capital	554.112.580,32	6,92	Despesas de Capital	1.189.976.390,37	15,85
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	551.257.051,19	6,88	Despesas Correntes Intra-Orçamentárias	553.962.295,32	7,38
Total	**8.012.926.133,50**		**Total**	**7.507.435.286,92**	
Resultado da Execução Orçamentária:			**SUPERÁVIT R$ 505.490.846,58**		
Mutações das Despesas	**R$**		**Mutações das Receitas**	**R$**	
Aquisições de Bens	189.394.904,30	31,46	Alienação de Bens	53.871.893,36	10,43
Incorporação de Créditos	11.559.675,25	1,92	Recebimento de Créditos	49.266.511,22	9,54
Amortização da Dívida Fundada	248.153.514,20	41,22	Contrato da Dívida Fundada	413.430.722,54	80,03
Gasstos e Despesas Diferidas	166.383,85	0,03			
Outras Desincorporações de Passivo	152.733.180,68	25,37			
Total	**602.007.658,28**		**Total**	**516.569.127,12**	
Resultado das Mutações Patrimoniais:			**SUPERÁVIT R$ 85.438.531,16**		

Fonte: Anexo 15 - SIAFEM/TO

Destaca-se dentre as mutações a Amortização da Dívida Fundada, que representou 41,22% do total das Mutações das Despesas. Em referência às Mutações das Receitas a Incorporação da Dívida Fundada atingiu o montante de R$ 413.430.722,54 (quatrocentos e treze milhões, quatrocentos e trinta mil, setecentos e vinte e dois reais e cinquenta e quatro centavos), contribuindo com 80,03% do montante deste grupo.

Na tabela 28, constata-se que, no exercício de 2014, o total das Variações Passivas superou o das Variações Ativas, provocando um resultado patrimonial deficitário de R$ 4.068.548.469,62 (quatro bilhões, sessenta e oito milhões, quinhentos e

quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos), decorrente sobretudo do resultado, também deficitário, das variações extraorçamentárias. Ressalte-se que, do montante de R$ 4.146.704.880,30 (quatro bilhões, cento e quarenta e seis milhões, setecentos e quatro mil, oitocentos e oitenta reais e trinta centavos), incorporado em obrigações passivas, 87,65% referem-se às Provisões Matemáticas Previdenciárias.

TABELA 28 — VARIAÇÕES PATRIMONIAIS INDEPENDENTE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

VARIAÇÕES ATIVAS		VARIAÇÕES PASSIVAS	
INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Superveniências Ativas	**R$**	**Superveniências Passivas**	**R$**
Incorporações de Ativos	64.463.045,11	Incorporações de Passivos	4.146.704.880,30
Incorporações de Direitos	4.911.573,65	Correção Mon. Camb. Div. Fundada	233.479.424,97
Inscrição de Créditos	170.633.167,99	Incorporações de Obrigações	704.075.887,98
Variação Cambial Positiva	1.054.895,85	**Sub-total**	**5.084.260.193,25**
Ajustes de Bens, Valores e Crédito	142.969.816,55	**Insubsistência do Ativo**	
Resultado Equivalência Patrimoni	220.164,77	Desincorporações de Bens	26.277.979,71
Ajustes de Exercício Anteriores	12.649.998,47	Baixa de Direitos e Créditos	9.421.943,40
Reversão da Depreciação	35.347,82	Baixa de Títulos e Valores	-
Sub-total	**396.938.010,21**	Baixa de Materiais do Almoxarifado	86.616.109,28
Insubisistência do Passivo		Baixa de AFAC	-
Desincorporações de Obrigações	84.638.296,88	Variação Cambial Negativa	361.691,35
Variação Monetária e/ou Cambial	104.128.398,81	Ajustes de Bens, Valores e Créditos	41.391.313,82
Cancelamento de Dívida	53.100,83	Resultado Equivalência Patrimonial	-
Provisões	4.241.668,39	Ajustes de Exercícios Anteriores	1.148.091,67
Sub-total	**193.061.464,91**	**Sub-total**	**165.217.129,23**
Total	**589.999.475,12**	**Total**	**5.249.477.322,48**

Resultado das Independentes da Execução Orçamentária	
DÉFICIT R$ 4.659.477.847,36	
Resultado da Execução Orçamentária	**505.490.846,58**
Resultado das Mutações Patrimoniais	**85.438.531,16**
Resultado das Independendetes da Execução Orçamentária	**(4.659.477.847,36)**
RESULTADO VERIFICADO NO EXERCÍCIO: DÉFICIT	**(4.068.548.469,62)**

Fonte: Anexo 15 - SIAFEM/TO

6.8 DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA

A Dívida Consolidada, também denominada Dívida Fundada, compreende as obrigações financeiras assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito com prazo de amortização superior a 12 meses, que visem atender desequilíbrios orçamentários ou a financiamentos de obras e serviços públicos, que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate (§2º, Art. 115, Dec. 93.872/86). Porém, a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar n.º 101/2000) e a Resolução nº 43/01 do Senado Federal, ampliou o conceito da Dívida Consolidada, incluindo neste as operações de crédito de prazo inferior a doze meses, cujas receitas tenham, constado no orçamento (§3º, Art. 29, LC 101/00). Já a Emenda Constitucional n.º62/2009 art. 2° § 1° Inc. II, possibilitou o parcelamento em até 15 anos dos Precatórios Judiciais[6] emitidos e não pagos durante a execução do orçamento, e a dívida mobiliária, aquela contraída através da emissão de títulos públicos.

A Dívida Consolidada pode ser:

1 - **Interna** é aquela que compreende os contratos de financiamento e parcelamento contraídos junto à instituições financeiras localizadas geograficamente dentro do País;

2 - **Externa** é aquela que compreende os contratos de financiamento contraídos junto à instituições financeiras localizadas geograficamente fora do País.

BASE LEGAL:

a - Art. 98, da Lei n.º 4320, de 17/3/1964;

b - Art. 115, § 2º, do Decreto n.º 93.872, de 23/12/1986;

c - Art. 29 da Lei Complementar n.º 101, de 4/5/2000;

d - Resoluções do Senado Federal n.º 40/2001 e 43/2001, e,

e - Emenda Constitucional n.º 62/2009.

Ainda, de acordo com a Resolução n.º. 43 do Senado Federal, art. 2º inc. V, da Dívida Pública Consolidada, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, resultará na Dívida Consolidada Líquida.

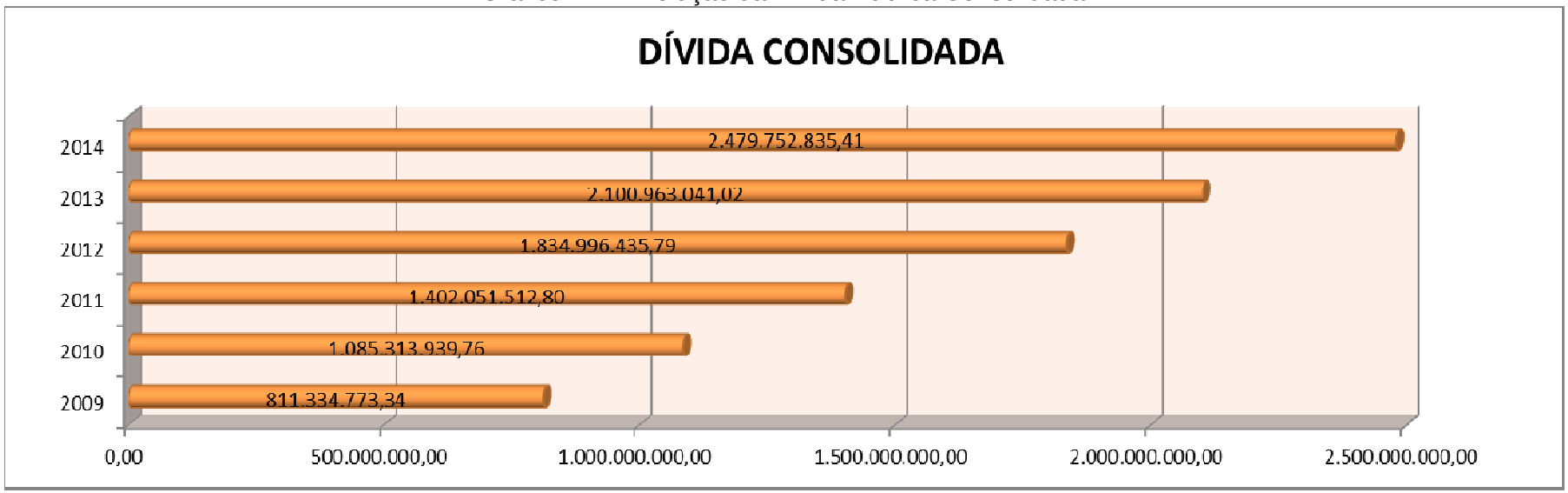
[6]Apenas os precatórios emitidos a partir de 5/5/2000.

A Dívida Consolidada do Estado do Tocantins, apurada em dezembro de 2014, apresentou estoque de **R$2.479.752.835,41**, correspondendo a um acréscimo de 18% em relação ao estoque final do exercício anterior, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 29	Evolução da Dívida Pública Consolidada		
EXERCÍCIO	DÍVIDA CONSOLIDADA	CRESCIMENTO	VARIAÇÃO
2009	811.334.773,34	0	0%
2010	1.085.313.939,76	273.979.166,42	33,77%
2011	1.402.051.512,80	316.737.573,04	29,18%
2012	1.834.996.435,79	432.944.922,99	30,88%
2013	2.100.963.041,02	265.966.605,23	14,49%
2014	2.479.752.835,41	378.789.794,39	18,03%

Fonte: Anexo 16 - Lei 4.320/64

Gráfico 22 – Evolução da Dívida Pública Consolidada

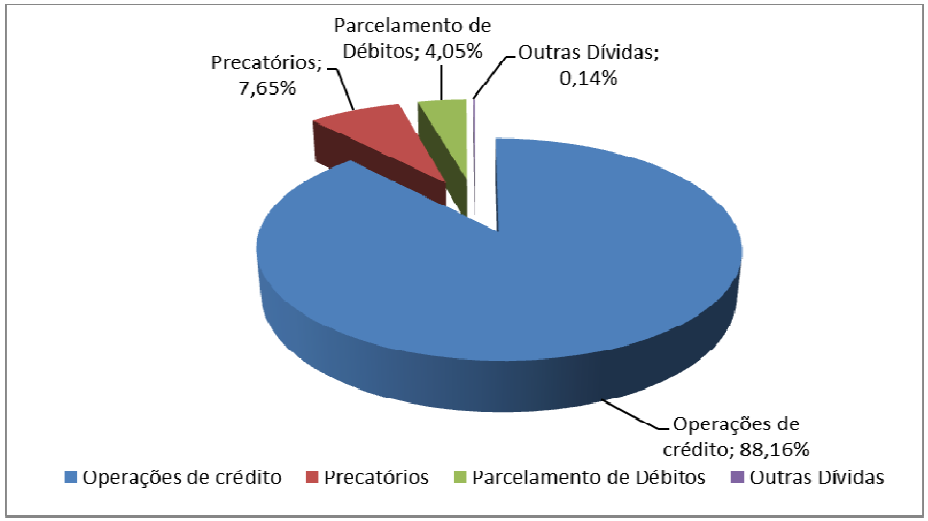


As Operações de Crédito correspondem a 88,16% da Dívida Consolidada, seguida por 7,65% de Precatórios, 4,05% de Parcelamentos de Débitos Junto a União e em menor proporção, Outras Dívidas – Desapropriação de Imóveis correspondendo a 0,14%.

Tabela 30 Composição da Dívida por Natureza – 2014	
Operações de crédito	**2.186.156.764,96**
Interna	1.397.900.195,78
Externa	788.256.569,18
Precatórios	**189.765.965,44**
Parcelamento de Débitos	**100.430.105,01**
Outras Dívidas	**3.400.000,00**
Total	**2.479.752.835,41**

Fonte: Anexo 16 - Lei 4.320/64

Gráfico 23 – Composição da Dívida por Natureza - 2014



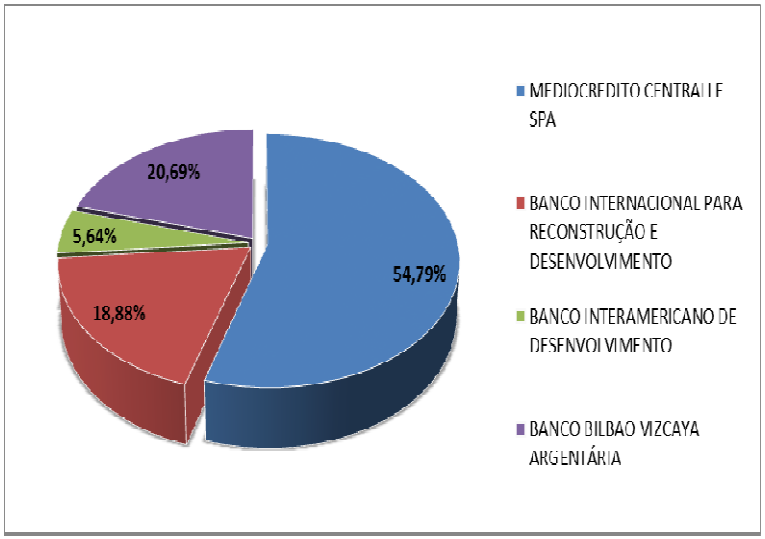
6.8.1 Origem da Dívida

Quanto à origem, a Dívida Consolidada é classificada em interna e externa, por adoção da localização geográfica da instituição credora. Verifica-se que após o ano de 2009, houve alteração na composição da Dívida Consolidada, antes predominantemente **externa**, passando gradativamente para **interna**, sendo que durante o exercício de 2012 aconteceu uma concentração maior no volume de operações de credito contratados com instituições financeiras nacionais, cujo montante aproximou-se de **R$ 650.820.164,86**. Ao longo destes últimos 6 anos, ocorreu crescimento da Divida Interna em relação à externa na ordem de 20,81%.

6.8.1.1 Dívida Interna

A Dívida com Operações de Crédito Interna representa 56,37% da dívida consolidada total. Estes financiamentos foram contraídos para viabilizar programas e projetos do Estado, sendo a maior parte contratada junto ao Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal. No exercício de 2014 estas operações apresentaram saldo devedor no montante de R$ 1.397.900.195,78. O restante da dívida se refere a repasse dos precatórios 11,22%, parcelamento de débitos junto ao IGEPREV – Instituto de Previdência Estadual 2,39%, parcelamento de INSS, PASEP e IBAMA, juntos 3,55% e outras dívidas, referente a desapropriação de imóvel com 0,20%. O exercício de 2014 encerrou-se com 80 contratos entre Operações de Crédito, Parcelamentos, Precatórios e Outros.

Gráfico 24 – Operações de Crédito Externas



6.8.1.2 Dívida Externa

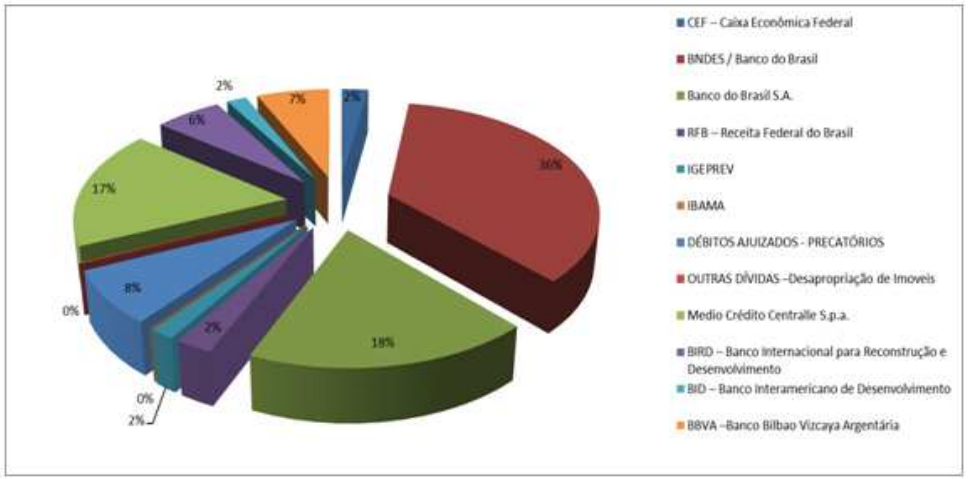
Os contratos de financiamento com instituições internacionais representam 31,79% da divida consolidada. Os empréstimos com o Medio Credito Centrale S.p.a.(Grupo Financeiro Italiano), viabilizaram os Projetos Eixos Rodoviários; os contratos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID financiaram o PROFISCO e PRODOESTE e os projetos PDRS e PDRIS contratos junto ao Banco Mundial – BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento), enquanto a operação junto ao Banco Bilbao Viscaya Argentaria – BBVA, viabilizou a execução do Projeto de Infraestrutura Rodoviária. A Dívida Externa concentra **55%** com o Medio CreditoCentraleS.p.a, **21%**Banco Bilbao Viscaya Argentaria, **19%** com Banco Interamericano de

Desenvolvimento – BID e **6%** com Banco Mundial - BIRD. Atualmente, a Dívida Externa é composta por 8 contratos de Operações de Crédito.

Tabela 31	Instituições Credoras da Dívida Fundada			
CREDORES	SALDO DEVEDOR em 31/12/2014	Percentual em Relação ao Estoque da Divida	Quantidade de Contatos	Percentual de Partição dos Contratos
CEF – Caixa Econômica Federal	59.671.299,18	2,41%	59	67,05%
BNDES / Banco do Brasil	884.933.569,12	35,69%	6	6,82%
Banco do Brasil S.A.	453.295.327,48	18,28%	3	3,41%
RFB – Receita Federal do Brasil	59.557.193,93	2,40%	8	9,09%
IGEPREV	40.364.681,42	1,63%	1	1,14%
IBAMA	508.229,66	0,02%	1	1,14%
DÉBITOS AJUIZADOS - PRECATÓRIOS	189.765.965,44	7,65%	1	1,14%
OUTRAS DÍVIDAS –Desapropriação de Imóveis	3.400.000,00	0,14%	1	1,14%
Medio Crédito Centralle S.p.a.	431.872.699,02	17,42%	3	3,41%
BIRD – Banco Inter. para Reconstrução e Desenvolvimento	148.820.032,48	6,00%	2	2,27%
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento	44.448.894,81	1,79%	2	2,27%
BBVA –Banco Bilbao Vizcaya Argentária	163.114.942,87	6,58%	1	1,14%
TOTAL	**2.479.752.835,41**	**100,00%**	**88**	**100,00%**

Fonte: Anexo 16 - Lei 4.320/64

Gráfico 25 - Composição da Dívida por Instituição Financeira



6.8.2 Composição da Dívida por Finalidade

A dívida consolidada classificada por finalidade, se concentra em investimentos de infraestrutura com 81,23%.

Gráfico 26 – Percentual de Composição da Divida por Finalidade

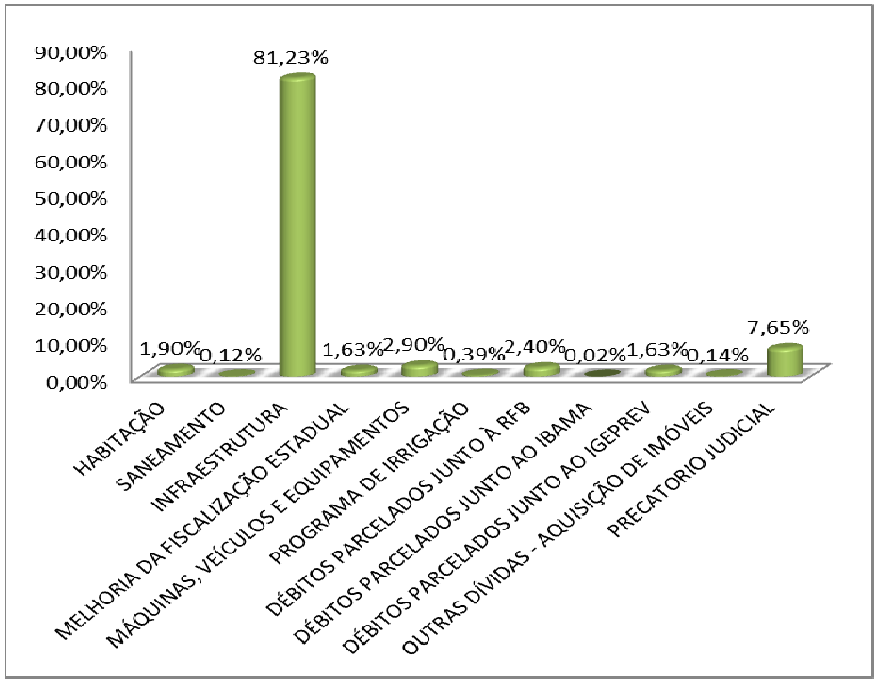


Tabela 32	Composição da Dívida por Finalidade	(R$ 1,00)
OBJETO	**VALOR R$**	**(%)**
Habitação	47.162.432,74	1,90%
Saneamento	2.963.461,88	0,12%
Infraestrutura	2.014.199.540,00	81,23%
Modernização do Fisco	40.318.847,18	1,63%
Máquinas, Veículos e Equipamentos	71.897.039,16	2,90%
Programa Irrigação	9.615.444,00	0,39%
Parcelamentos junto à RFB	59.557.193,93	2,42%
Parcelamentos junto ao IBAMA	508.229,66	2,42%
Parcelamento junto ao IGEPREV	40.364.681,42	1,63%
Outras Dívidas	3.400.000,00	0,14%
Precatórios	189.765.965,44	7,65%
TOTAL	**2.479.752.835,41**	**100,00%**

Fonte: Anexo 16 - Lei 4.320/64

6.8.3 Precatórios

Os precatórios são requisições de pagamento emitidas pelo Poder Judiciário determinando a importância em que a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, é a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu a determinada pessoa (física ou jurídica) o direito Constitucional de receber uma dívida que o poder público tem

para com ela. O pagamento será executado pelo Tribunal de Justiça, de acordo com a ordem cronológica de requisição, ressalvados aqueles oriundos de verbas de natureza alimentícia. (Emenda Constitucional - EC 62/2009).O procedimento para o pagamento está previsto no art. 100 da ConstituiçãoFederal, no art. 97 do Ato das Disposições Transitórias - ADCT e na Resolução nº 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, alterada posteriormente pela Resolução nº 123/2010.

6.8.4 Serviço da Dívida

O serviço da Dívida Estadual envolve a despesas com os pagamentos de amortizações, juros e taxas das operações de crédito contratadas liberadas e a liberar, os parcelamentos de dívidas e precatórios.

As despesas ocorridas com amortizações e encargos da dívida durante o exercício de 2014 totalizaram R$ 359.183.613,20, sendo:

- Amortizações ..... R$ 248.153.514,20
- Juros ..... R$ 104.683.574,29
- Taxas ..... R$ 6.346.524,71

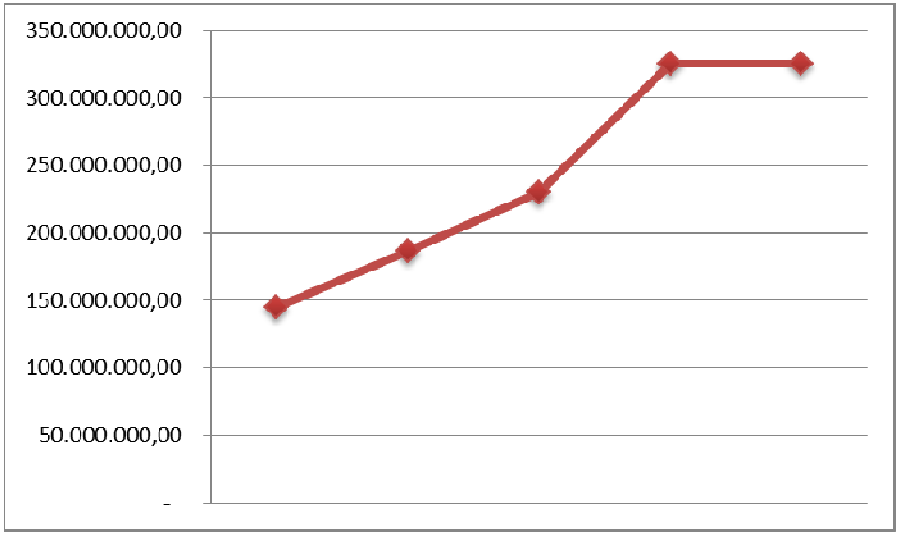
E ainda, considerando que todas as operações de credito contratadas e outras dívidas são vinculados a determinado indexador econômico, o qual visa reajustar o saldo da divida pública em conformidade com a variação dos índices inflacionários e desvalorizações da moeda, tivemos, durante o exercício de 2014 atualização monetária da Dívida no total de R$ 129.351.026,16, sendo:

- Atualização da Dívida Interna ..... R$ 35.731.710,13
- Atualização da Dívida Externa ..... R$ 92.169.565,39
- Atualização de Precatórios ..... R$ 1.449.750,64

Comparando o serviço da dívida com os últimos 4 exercícios temos:

Tabela 33	Serviço da Dívida	
ANO	**PAGAMENTOS**	**%**
2010	144.728.434,52	
2011	186.293.283,60	28,72%
2012	229.903.397,28	23,41%
2013	325.663.239,03	41,65%
2014	359.183.613,20	10,29%

Gráfico 27 – Evolução Percentual do Serviço da Dívida

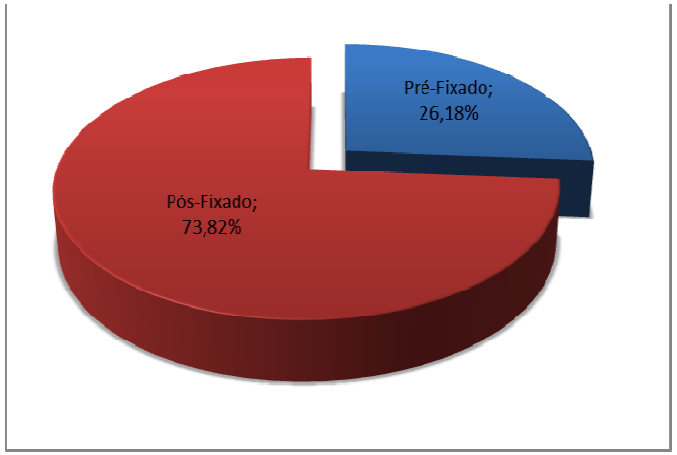


Como podemos observar o serviço da Dívida manteve-se estável em relação ao exercício anterior. No entanto, comparando o encerramento dos exercícios 2014 e 2010, verificamos crescimento na despesa na ordem de **148,18%.** Isto ocorreu em razão de várias operações de Crédito, por exemplo, o projeto PDRS, ter encerrado seu período de carência, ou seja, além dos juros semestrais, passou-se também a pagar a parcela de amortização do principal. O mesmo ocorreu com operações tais como o PEF I, PEFII, FINAME, Caminho da Escola, PROUCA e FASEIII do Médio Crédito Centralle.

6.8.5 SENSIBILIDADE DA DÍVIDA

A sensibilidade da dívida é o grau de exposição do estoque da dívida a variável do mercado que impactam o valor do saldo devedor da dívida Estadual e sua capacidade de pagamento. A dívida se concentra em contratos pós-fixado, 73,82%, ou seja, os juros são flutuantes e periodicamente recalculados em função das cotações e situações de mercados, Banco Central, ou organismos multilaterais e de fomento oficiais. Apenas 26,18% da dívida são contratos pré-fixados, não havendo variação de custo durante a vigência contratual.

Gráfico 28 – Tipos de Juros



6.8.5.1 Indexadores Econômicos

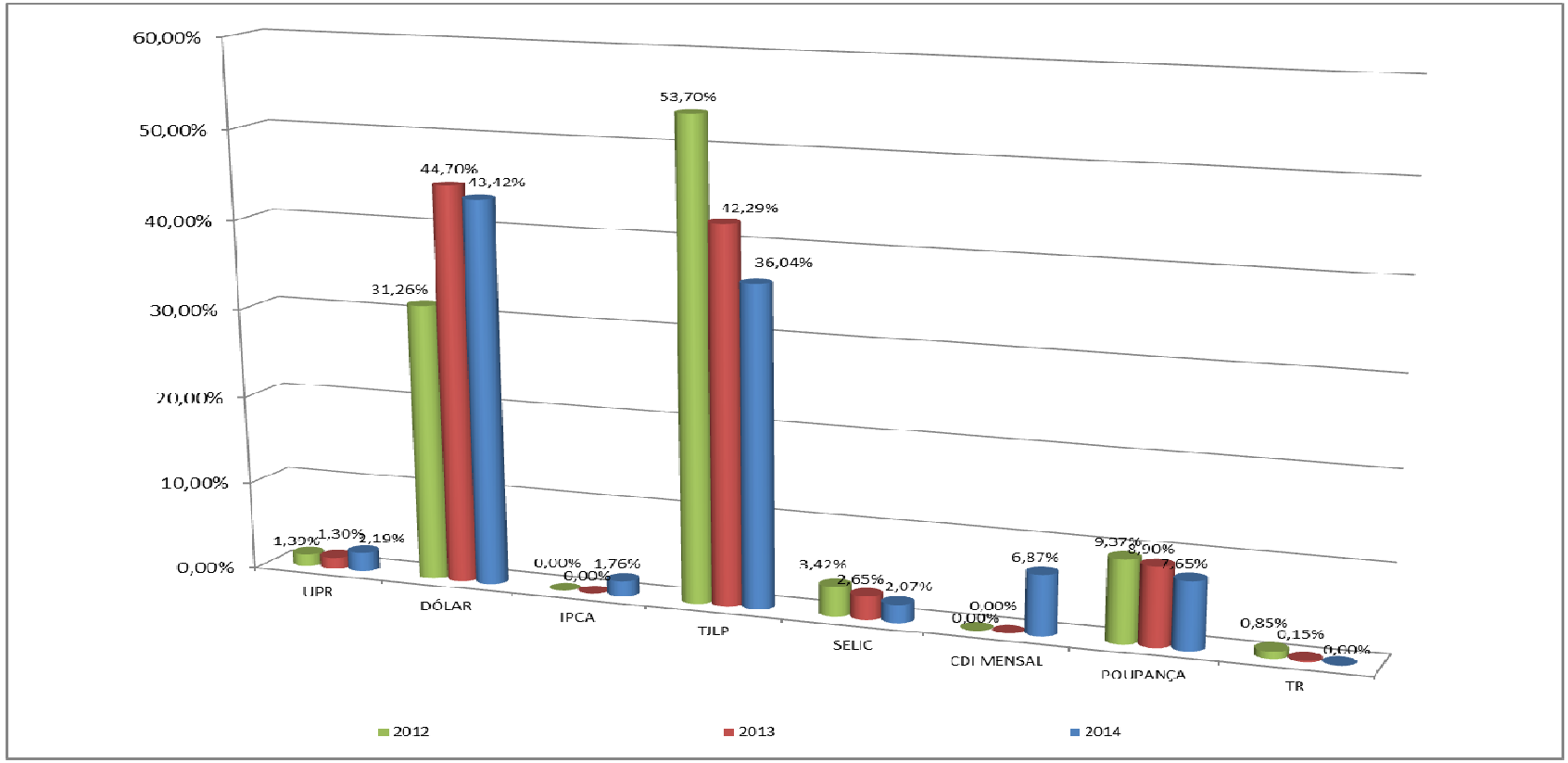
Tabela 34	Composição da Dívida por Indexador 2012- 2014 – R$		
INDEXADOR	**2012**	**2013**	**2014**
UPR	25.508.871,55	27.348.908,08	54.185.902,81
DÓLAR	573.646.275,96	939.189.290,50	1.076.586.470,67
IPCA	0	0	43.764.681,42
TJLP	985.406.917,65	888.523.257,11	893.609.130,13
SELIC	62.824.772,01	55.604.179,29	51.389.862,58
CDI MENSAL	0	0	170.450.822,36
POUPANÇA	171.922.129,08	187.044.877,36	189.765.965,44
TR	15.687.469,54	3.252.528,68	0
TOTAL	**1.834.996.435,79**	**2.100.963.041,02**	**2.479.752.835,41**

Fonte: Anexo 16 - Lei 4.320/64

Os indexadores econômicos são índices de reajuste, cujas funções básicas são o de desvalorização da moeda e fixar a volatilidade de preços para medir a evolução efetiva da dívida. Assim sendo, na composição da Dívida Pública Estadual, em especial nas operações de crédito com taxas de juros pré-fixadas, há incorporação de indexadores na apuração do saldo da dívida, os quais auxiliam na identificação do custo efetivo da dívida. Já nas operações de crédito com taxas de juros pós-fixada, a remuneração é flutuante.

Sendo que indexadores econômicos são índices de variáveis que afetam a Dívida Estadual, temos que, nos contratos pré-fixados, há indexadores de moeda, como dólar e UPR que impactam o saldo da dívida na apuração do custo efetivo da operação no momento da conversão. Nas operações de crédito com taxas de juros pós-fixada, a remuneração predominantemente composta por indexadores econômicos. Os indexadores econômicos estão presentes tanto nos contratos pré como pós, conforme tabela a seguir:

Gráfico 29 – Indexadores Econômicos da Dívida 2012- 2014 – (%)



A participação da dívida indexada pela TJLP atingiu **36,04%** e representa os contratos com o BNDES e um parcelamento previdenciário com a Receita Federal. A terceira maior participação, com 7,65% é constituída pela dívida de precatórios de exercícios anteriores, indexada pela poupança. O indexador CDI Mensal decorre do financiamento do PROESTADO II, assinado em julho/2014. A indexação pela SELIC apresenta uma participação baixa, decorre dos parcelamentos de tributos federais, INSS e PASEP. A dívida indexada à UPR-D é composta pelos financiamentos com a Caixa Econômica Federal, no âmbito dos programas de habitação, PRÓ-MORADIA, saneamento, Saneamento para Todos e Pró-Transporte. A indexação pelo IPCA decorre do parcelamento do IGEPREV. No exercício de 2014 ocorreu a conclusão do contrato com o Banco do Brasil, cujo objeto era o Programa de Saneamento, único indexado pela TR.

6.8.5.2 Sensibilidade Cambial – Teste de Estresse como Ferramenta básica da Gestão prudente do Risco

Os testes de estresse são uma ferramenta amplamente utilizada para a gestão de risco das instituições financeiras. Servem para alertar a administração das instituições sobre resultados inesperados e adversos relacionados a múltiplos riscos, fornecendo assim uma indicação de quanto capital poderá ser necessário para absorver perdas caso ocorram grande choques. Também podem gerar informações para procedimentos de planejamento de capital e liquidez, bem como facilitar o desenvolvimento de planos de atenuamento de risco, além de apontar possíveis falhas de planejamento.

Diante da recente crise financeira global, convém demonstrarmos os possíveis impactos que a Dívida Externa do Estado poderá sofrer em relação à variação cambial externa. Em nossa análise, simulamos o crescimento da variação cambial em três cenários: no primeiro momento com o estoque da dívida em 31/12/2014, no segundo momento simulamos a receita de operações de crédito, referente aos contratos externos dos projetos PROFISCO, PDRIS, PIER e PRODOESTE, e em terceiro cenário, simulamos o estoque da dívida considerando toda a receita de operações de crédito.

Tabela 35 – Cenário 1-Teste de Stresse para o Estoque da Dívida em 31/12/2014

		PERCENTUAIS DE STRESSE				
	ESTOQUE DA DIVIDA EM 31/12/2014	10%	20%	30%	40%	50%
VARIAÇÕES CAMBIAIS	**2,6562**	**2,9218**	**3,1874**	**3,4531**	**3,7187**	**3,9843**
2015	136.793.050,59	150.472.355,65	164.151.660,71	177.830.965,77	191.510.270,83	205.189.575,89
2016	143.835.997,45	164.151.660,71	172.603.196,94	186.986.796,69	201.370.396,43	215.753.996,18
2017	128.927.046,89	177.830.965,77	154.712.456,27	167.605.160,96	180.497.865,65	193.390.570,34
2018	109.479.468,96	191.510.270,83	131.375.362,75	142.323.309,65	153.271.256,54	164.219.203,44

Tabela 36 - Comprometimento do Limite de Desembolso para o Teste de Stresse do Cenário 1

PERÍODO	PROJEÇÃO DA RCL	LIMITE DO SERVIÇO DA DÍVIDA (11,5%)	10%	20%	30%	40%	50%
2015	6.830.381.581,44	785.493.881,87	19,16%	20,90%	22,64%	24,38%	26,12%
2016	7.684.179.279,12	883.680.617,10	18,58%	19,53%	21,16%	22,79%	24,42%
2017	8.644.701.689,01	994.140.694,24	17,89%	15,56%	16,86%	18,16%	19,45%
2018	9.725.289.400,13	1.118.408.281,01	17,12%	11,75%	12,73%	13,70%	14,68%

Tabela 37 – Cenário 2-Teste de Stresse para o Montante de Receita de Operações de Credito Externa[1]

	Montante da Receita de Operações de Credito	10%	20%	30%	40%	50%
2015	27.271.927,52	29.999.120,27	32.726.313,03	35.453.505,78	38.180.698,53	40.907.891,28
2016	49.577.568,24	54.535.325,06	59.493.081,88	64.450.838,71	69.408.595,53	74.366.352,35
2017	81.590.819,99	89.749.901,99	97.908.983,99	106.068.065,98	114.227.147,98	122.386.229,98
2018	107.844.025,82	118.628.428,40	129.412.830,98	140.197.233,56	150.981.636,14	161.766.038,73

Operação de Credito Externa contratadas com liberações ate 2018 – PROFISCO, PDRIS, PIER e PRODOESTE

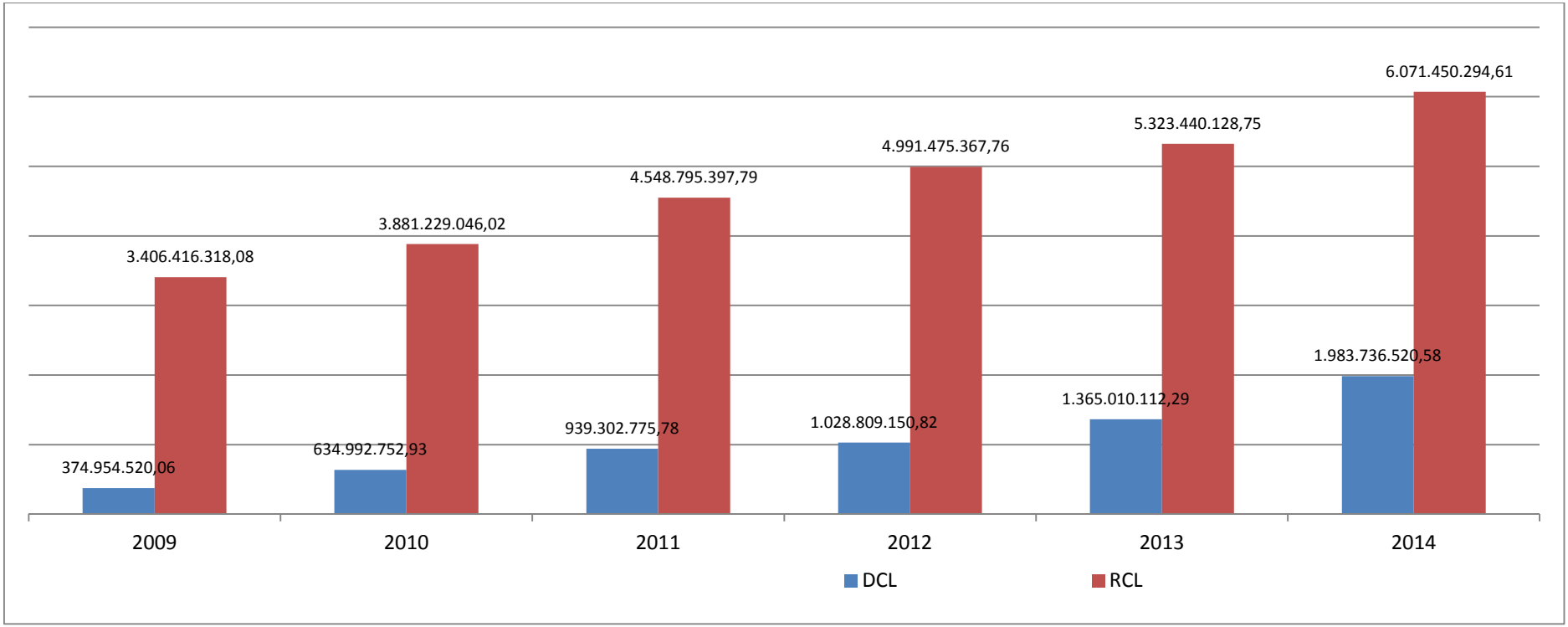
Tabela 38 – Cenário 3-Teste de Stresse para o Estoque da Dívida considerando a Receita a liberar das Operações de Crédito Contratadas						
		PERCENTUAIS DE STRESSE				
	Estoque da Dívida + Montante de Receitas de Operações de Credito	**10%**	**20%**	**30%**	**40%**	**50%**
2016	193.413.565,69	212.754.922,25	232.096.278,82	251.437.635,39	270.778.991,96	290.120.348,53
2017	210.517.866,88	231.569.653,57	252.621.440,25	273.673.226,94	294.725.013,63	315.776.800,32
2018	217.323.494,78	239.055.844,26	260.788.193,73	282.520.543,21	304.252.892,69	325.985.242,17

Tabela 39 - Comprometimento do Limite de Desembolso para o Teste de Stresse do Cenário 3							
PERIODO	**PROJEÇÃO DA RCL**	**LIMITE DO SERVIÇO DA DÍVIDA -11,50%**	**10%**	**20%**	**30%**	**40%**	**50%**
2015	6.830.381.581,44	785.493.881,87	22,98%	25,06%	27,15%	29,24%	31,33%
2016	7.684.179.279,12	883.680.617,10	24,08%	26,26%	28,45%	30,64%	32,83%
2017	8.644.701.689,01	994.140.694,24	23,29%	25,41%	27,53%	29,65%	31,76%
2018	9.725.289.400,13	1.118.408.281,01	21,37%	23,32%	25,26%	27,20%	29,15%

6.8.6 INDICADORES/LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

A Lei de Responsabilidade Fiscal e as Resoluções nº 40/01 e nº 43/01 do Senado Federal definem limites para contratação de crédito, pagamento de operações de crédito e endividamento dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Todos os limites são definidos e apurados como proporção da Receita Corrente Líquida (RCL) do ente federado.O comprometimento total do serviço da dívida, observado o exercício de 2014, é o maior nível de comprometimento registrado desde o exercício de 2009.

Gráfico 30 – Evolução DCL e RCL: 2009 a 2014 – R$



6.8.6.1 Limite de Pagamento com Operações de Crédito

O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativa a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não pode exceder a **11,5%** da Receita Corrente Líquida-RCL. Em valores nominais, a tabela abaixo nos mostra que o pagamento do serviço da dívida está dentro do limite.

A proporção do Serviço da Dívida em relação à Receita Corrente Líquida, no ano de 2013 o Estado atingiu o percentual de 6,12%, maior comprometimento desde 2009. No exercício 2014 obteve uma pequena redução, e alcançou 4,83%da RCL, devido ao aumento da Receita Corrente Líquida. Em comparação com o exercício anterior, o serviço da dívida em valores nominais no exercício de 2014 cresceu R$ 4.880.537,65, representando um aumento de 1,00%.

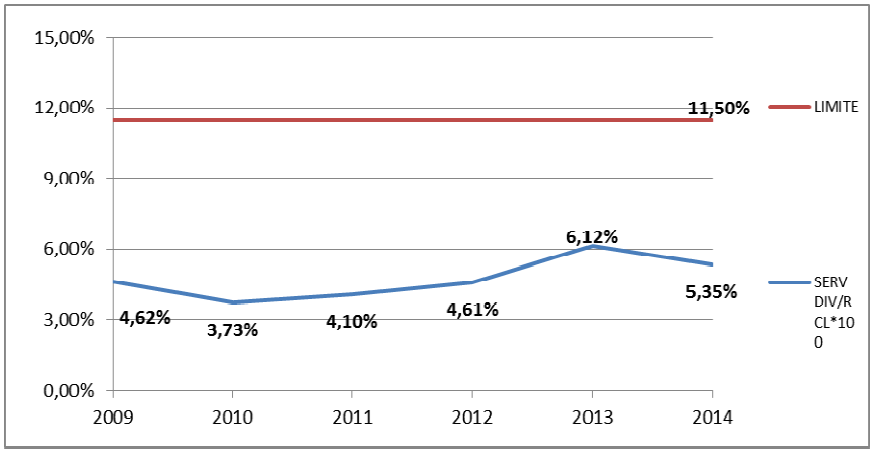
Tabela 40 Trajetória Serviço da Dívida: 2009 a 2014 – (R$ 1,00)

EXERCÍCIO	SERVIÇO DA DÍVIDA	RECEITA COR. LÍQUIDA	(*) 11,5%
2009	157.334.863,39	3.406.416.318,08	391.737.876,58
2010	144.728.434,52	3.881.229.046,02	446.341.340,29
2011	186.293.283,60	4.548.795.397,79	523.111.470,75
2012	229.903.397,28	4.991.475.367,76	574.019.667,29
2013	325.663.239,03	5.323.440.128,75	612.195.614,81
2014	325.045.402,24	6.071.450.294,61	698.216.783,88

(*) LIMITE DE ENDIVIDAMENTO AMPARADO PELA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL N° 40 DE 2001, ART. 3° INC. I

Fonte: Anexo 16 - Lei 4.320/64

Gráfico 31 – Trajetória do Serviço da Dívida e Limite de Pagamento: 2009 a 2014 – (%)

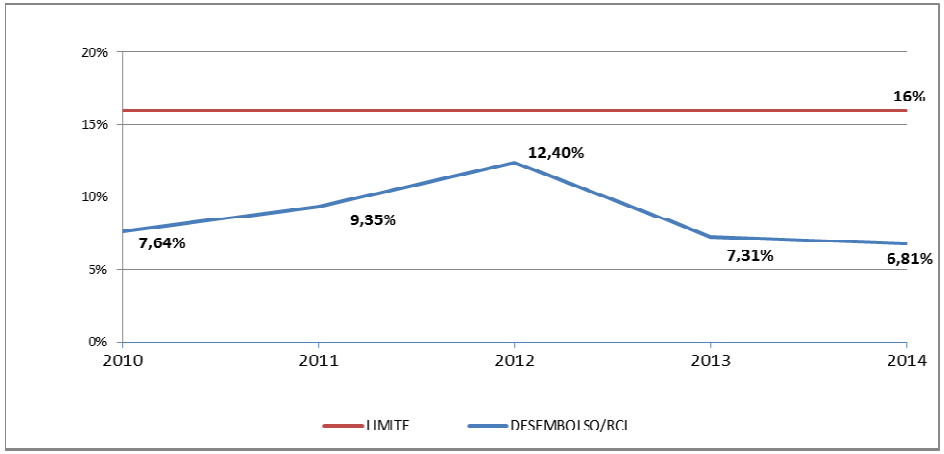


6.8.6.2 Limite de Desembolso

Com relação ao ingresso de recursos no exercício, em conformidade ao descrito considera-se o percentual de 16% da RCL. Listamos a seguir os montantes recebidos nos últimos quatro exercícios. Estas receitas correspondem a desembolsos de parcelas ou de totais de empréstimos contratados.

Gráfico 32 – Trajetória do Limite de Operações Realizadas: 2009 a 2014 –

Tabela 41 Limite de Operações realizadas: 2010 a 2014 – R$			
EXERCÍCIO	DESEMBOLSO	RCL	16,0% RCL
2010	260.416.400,95	3.406.416.318,08	545.026.610,89
2011	362.869.718,47	3.881.229.046,02	620.996.647,36
2012	564.134.937,13	4.548.795.397,79	727.807.263,64
2013	364.967.619,50	4.991.475.367,76	798.636.058,84
2014	413.430.722,54	6.071.450.294,61	971.432.047,13
Fonte: Anexo 16 - Lei 4.320/64			

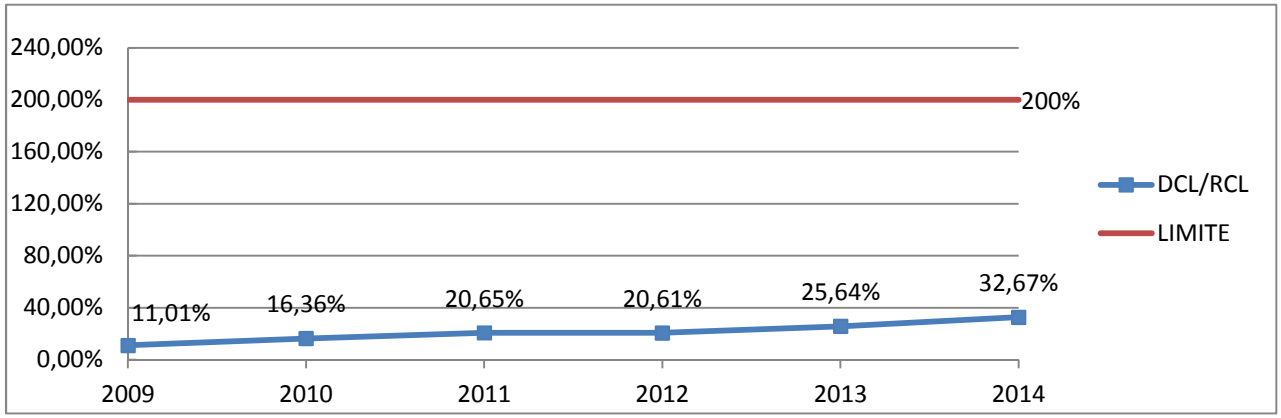


6.8.6.3 Limite da Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida-DCLé a dívida pública consolidada deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. A resolução nº 40/2001 do Senado Federal em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece que a Dívida Consolidada Líquida – DCL dos Estados e Distrito Federal, ao final do décimo quinto ano, contado a partir do encerramento do ano de sua publicação, não poderá exceder a duas vezes a sua Receita Corrente Líquida.

Tabela 42 Relação Dívida Consolidada Liquida e Receita Corrente Líquida – 2010 a 2014 – R$			
EXERCÍCIO	DCL	RCL	200% RCL
2009	374.954.520,06	3.406.416.318,08	6.812.832.636,16
2010	634.992.752,93	3.881.229.046,02	7.762.458.092,04
2011	939.302.775,78	4.548.795.397,79	9.097.590.795,58
2012	1.028.809.150,82	4.991.475.367,76	9.982.950.735,52
2013	1.365.010.112,29	5.323.440.128,75	10.646.880.257,50
2014	1.983.736.520,58	6.071.450.294,61	12.142.900.589,22
Fonte: Anexo 2 - LC			

Gráfico 33 - Evolução da Evolução de Endividamento: DCL/RCL e Limite 2009 a 2014 – (%)



6.8.7 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

No exercício de 2014, aconteceram Receitas de Operações de Crédito o qual ocasionou a inscrição de dívidas no valor total de **R$ 497.592.282,43**, sendo **R$ 119.997.920,88** referentes às inscrições de liberações com operações de crédito externo, **R$ 293.432.801,66** referentes às inscrições das liberações de operações de crédito interna, **R$ 23.937.763,13** referentes às inscrições de novos precatórios, **R$ 14.527.931,02** referente às inscrições de parcelamento de dívidas previdenciárias junto à RFB-Receita Federal do Brasil, e **R$ 45.695.865,74** de assunção de dívidas junto ao IGEPREV.

As operações de crédito e o montante captado pelo Estado nos últimos quatro anos estão apresentadas na tabela a seguir.

Em 2012 ocorreram as seguintes operações de Crédito:

1 - junto ao Banco do Brasil:

a – para financiar o Programa Caminho da Escola no valor de R$ 31.086.000,00;

b – PROUCA no valor deR$ 26.242.348,28, para aquisição de microcomputadores para alunos e professores da rede pública;

c – PROINVESTE, no valor de R$ 553.367.669,00, para custear diversos projetos na Infraestrutura Estadual

2 – junto a Caixa Econômica Federal:

a – para o programa PRO-TRANSPORTE-1ª etapa, do PAC II, no valor de R$ 27.520.000,00:

b – para o programa SANEAMENTO PARA TODOS, PAC II, no valor de R$ 12.604.147,88.

Já no exercício de 2013 ocorreram as seguintes contratações:

1 – junto ao Banco do Brasil, do PROESTADO I, no valor de R$ 390.000.000,00, viabilizando diversos projetos de infraestrutura estadual,

2 – junto a Caixa Econômica Federal:

a – contratou o PRÓ-TRANSPORTE- 2ª etapa, PAC II , no valor de R$ 157.762.205,16; e,

b – CPAC – Financiamento das contrapartidas dos contratos Pró-Moradia, no valor de R$ R$ 13.115.059,00.

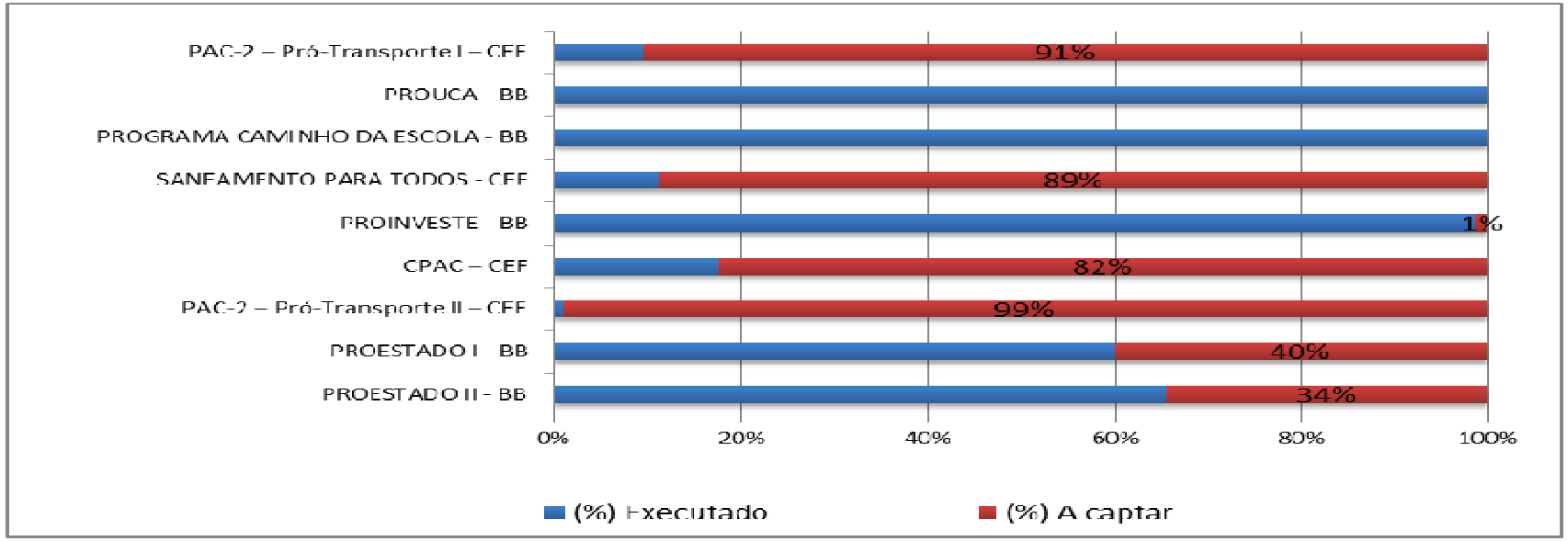
Em 2014 ocorreu a contratação de um único financiamento, junto ao Banco do Brasil para viabilizar o PROESTADO II, no valor de R$ 260.000.000,00, para dar continuidade aos custeios dos diversos projetos de Infraestrutura Estadual.

Tabela 43	Operações de Crédito Interno: 2010 a 2014			
Operação	**Valor da Total da Operação**	**Data Assinatura**	**Valor Captado até Dezembro 2014**	**Valor a Captar**
PROESTADO II - BB	R$ 260.000.000,00	03/07/2014	R$ 170.450.822,36	R$ 89.549.177,64
PROESTADO I - BB	R$ 390.000.000,00	01/03/2013	R$ 234.000.000,00	R$ 156.000.000,00
PAC-2 – Pró-Transporte II – CEF	R$ 157.762.205,16	10/12/2013	R$ 1.542.789,42	R$ 156.219.415,74
CPAC – CEF	R$ 13.115.059,00	30/08/2013	R$ 2.317.313,22	R$ 10.797.745,78
PROINVESTE - BB	R$ 553.367.668,70	20/12/2012	R$ 545.367.668,70	R$ 8.000.000,00
SANEAMENTO PARA TODOS - CEF	R$ 12.604.147,88	05/03/2012	R$ 1.431.843,84	R$ 11.172.304,04
PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA - BB	R$ 31.086.000,00	19/03/2012	R$ 31.086.000,00	R$ 0,00
PROUCA - BB	R$ 26.242.348,28	14/02/2012	R$ 26.242.348,28	R$ 0,00
PAC-2 – Pró-Transporte I – CEF	R$ 27.520.000,00	05/03/2012	R$ 2.601.881,87	R$ 24.918.118,13
INTERNA	**R$ 1.471.697.429,02**		**R$ 1.015.040.667,69**	**R$ 456.656.761,33**

Fonte: Sefaz-TO

Dentre as operações contratadas, destaca-se o baixo percentual de execução dos programas. Apenas foram concluídos o PROUCA e o programa Caminho da Escola, ambos contratados em 2012. O único programa avançado na execução é o PROINVESTE, firmado no final de 2012, faltando apenas 1% para conclusão do projeto. Os demais apresentam baixo percentual de execução, com destaque para PRÓ-TRANSPORTE – 2.ª Etapa executado apenas 1%; PRÓ-TRANSPORTE-1.ª Etapa executado 9%; e, SANEAMENTO PARA TODOS, executado 11%, conforme demonstrado a seguir:

Gráfico 34 –Crédito Interno– (%)



No que diz respeito às Operações de Credito externas captadas pelo Estado nos últimos quatro anos, destacamos a magnitude do programa PDRIS firmado em 06/12/12 com o BID, no valor de U$ 300.000.000,00. A seguir, apresentamos o quadro das operações de Credito Externas:

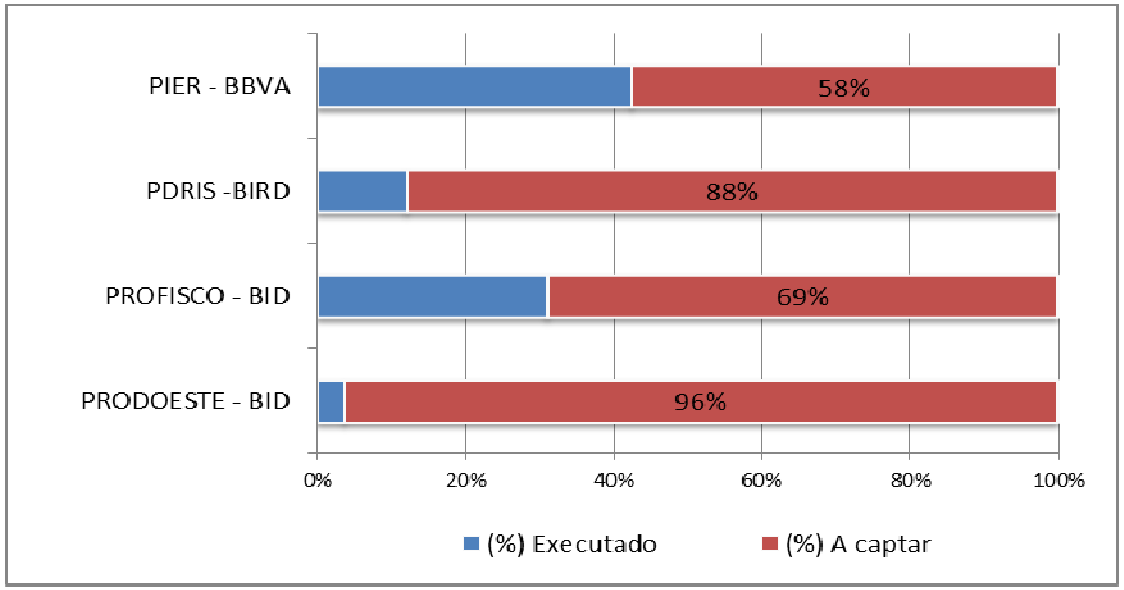
Tabela 44 — **Contratação de Operações de Crédito Externo 2010 a 2014**

Operação	Valor da Total da Operação	Data Assinatura	Valores Liberados até Dezembro 2014	Valor a Captar
PRODOESTE - BID	$ 99.000.000,00	30/08/2012	$ 3.620.000,00	$ 95.380.000,00
PROFISCO - BID	$ 40.431.000,00	19/10/2012	$ 12.534.574,18	$ 27.896.425,82
PDRIS -BIRD	$ 300.000.000,00	06/12/2012	$ 36.015.604,07	$ 263.984.395,93
PIER - BBVA	$ 143.198.162,00	19/11/2012	$ 60.723.549,90	$ 82.474.612,10
TOTAL EXTERNO	**$ 582.629.162,00**		**$ 112.893.728,15**	**$ 469.735.433,85**

Fonte: Sefaz-TO

Em todas as operações contratadas, também destaca-se o baixo percentual de execução dos programas, que embora tenham sido contratadas no exercício de 2012, todas restam mais de 50% a captar e concluir os programas.

Gráfico 35 – Crédito Externo Aprovado Versus a Executar – (%)



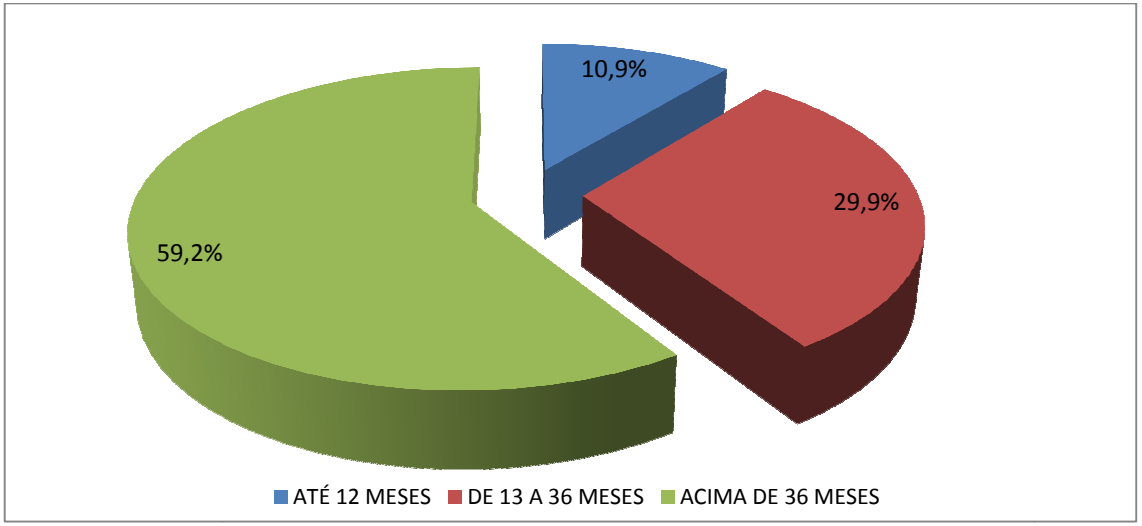
6.8.8 PROJEÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA

O pagamento da dívida é classificado em curto, médio e longo prazos. Curto refere-se a programação de pagamento de débitos que ocorre no prazo de 12 meses, médio prazo de 13 a 36 meses e longo prazo acima de 36 meses.

6.8.8.1Estimativa da Dívida Consolidada Líquida

No total da Dívida Consolidada apenas 10,9% possui vencimento no curto prazo, 29,9% no médio prazo 29,9%, e o maior percentual no longo prazo, com 59,2%.

Gráfico 36 – Montante da Dívida por Período

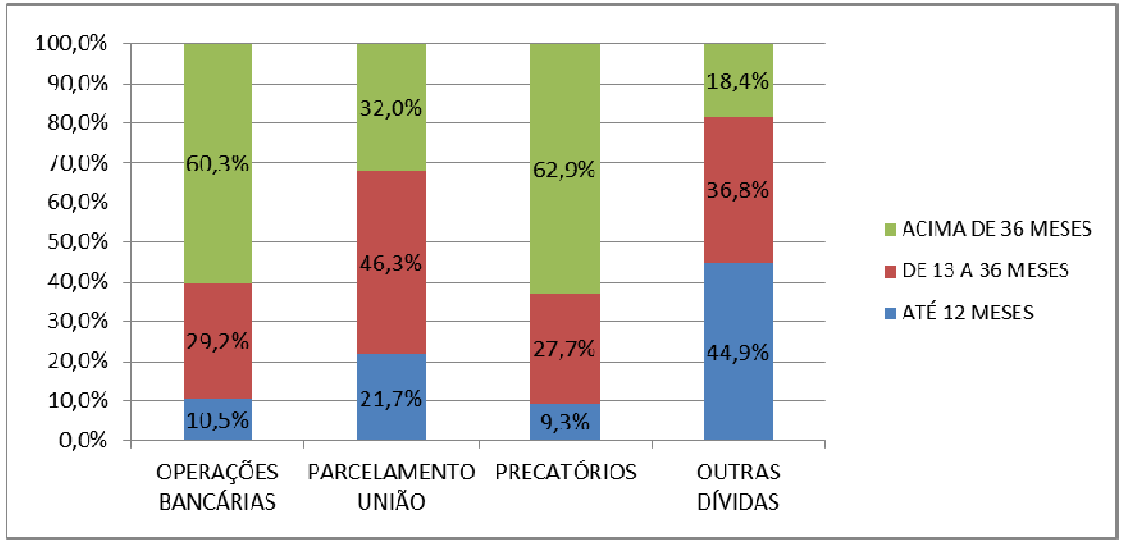


Na tabela 45, demonstra-se a projeção do serviço da dívida para os próximos exercícios, isto é, demonstram-se os compromissos de desembolsos estimados para a dívida pública até a total liquidação dos contratos atualmente em vigor. Dentre os contratos o maior desembolso previsto será para o pagamento de operações bancárias.

Tabela 45	Previsão de Pagamento por Composição da Dívida - Amortizações e Encargos				
	OPERAÇÕES BANCÁRIAS	PARCELAMENTO UNIÃO	PRECATÓRIOS	OUTRAS DÍVIDAS	TOTAL
ATÉ 12 MESES	340.365.359,82	34.844.882,76	18.323.249,57	1.649.662,06	395.183.154,20
DE 13 A 36 MESES	951.101.912,74	74.372.148,67	54.385.131,54	1.351.715,80	1.081.210.908,75
ACIMA DE 36 MESES	1.963.105.876,75	51.403.679,38	123.488.373,38	$674.831,03	2.138.672.760,54
SOMATÓRIO	**3.254.573.149,31**	**160.620.710,81**	**196.196.754,49**	**3.676.208,89**	**3.615.066.823,49**

A maior concentração para pagamento da dívida bancária está concentrada a longo prazo, com 60,3%. Já os precatórios também seguem a mesma tendência, com 62,9%. Já os parcelamentos de débitos junto à Receita Federal do Brasil eao IBAMA (parcelamentos com a União) concentra-se no médio prazo com 46,3%.

Gráfico 37 – Concentração do Montante da Dívida – (%)



6.8.8.2 Projeção do comprometimento da Dívida na Receita Corrente Líquida

A estimativa da Receita Corrente Líquida para os próximos quatro anos foi obtida mediante a aplicação de Fator: previsão do IPCA 2015 acrescido da média de crescimento real dos últimos quatro anos multiplicado pelo valor da Receita Corrente Líquida. Com base no valor estimado da RCL, foram determinados os seguintes limites: **serviço da Dívida 11,50%, Desembolso 16% e endividamento 200% (Resolução 43/2001 do Senado Federal)**

Tabela 46	Estimativa da Receita Corrente Líquida e Limites de Endividamento: 2015 a 2019 – (%)			
PERÍODO	PROJEÇÃO DA RCL	LIMITE DO SERVIÇO DA DÍVIDA -11,5%	LIMITE DE DESEMBOLSO - 16%	LIMITE DE ENDIVIDAMENTO (200% DA RCL)
2015	6.830.381.581,44	785.493.881,87	1.092.861.053,03	13.660.763.162,88
2016	7.684.179.279,12	883.680.617,10	1.229.468.684,66	15.368.358.558,24
2017	8.644.701.689,01	994.140.694,24	1.383.152.270,24	17.289.403.378,02
2018	9.725.289.400,13	1.118.408.281,01	1.556.046.304,02	19.450.578.800,26
2019	10.940.950.575,15	1.258.209.316,14	1.750.552.092,02	21.881.901.150,30

Fonte: Sefaz-TO

RCL PROJETADA EM CONFORMIDADE AO "CRITÉRIO DE PROJEÇÃO DA RCL" DO MIP/STN/2014

6.9 GESTÃO FISCAL

A Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, concerne às normas de finanças, estabelecendo limites os quais visam a responsabilidade na gestão fiscal, bem como define alguns conceitos.

6.9.1 Receita Corrente Líquida

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 2º, define Receita Corrente Líquida - RCL, a qual serve como base para apuração dos limites com: Despesa Total com Pessoal, Dívida Pública, Operações de Créditos e Garantias e Contragarantias. Em comparação com o exercício anterior, 2014 a RCL registrou um acréscimo de 14,05%.

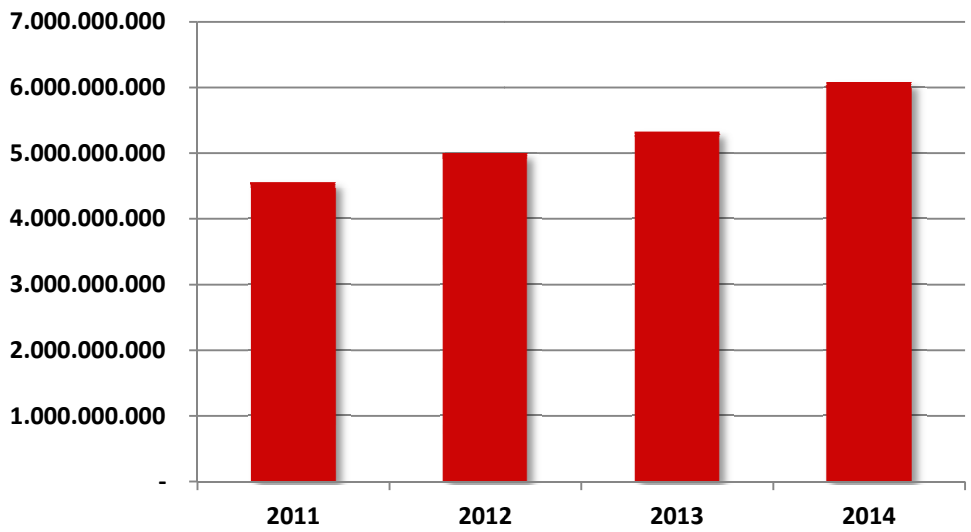
A tabela 47 demonstra, de forma simplificada, o cálculo da Receita Corrente Líquida referente ao exercício de 2014, ressalta-se que o Governo do Estado conseguiu manter um crescimento de 11,34% nas suas receitas tributárias, índice superior ao das receitas de transferências correntes, que registrou um acréscimo de

Tabela 47 — Receita Corrente Líquida

	2013	2014	AH%
RECEITAS CORRENTES (I)	**6.881.054.084,36**	**7.813.997.166,20**	**13,56**
Receita Tributária	2.211.696.189,55	2.462.412.588,33	11,34
Receita de Contribuições	353.961.475,59	416.275.161,51	17,60
Receita Patrimonial	323.028.066,24	606.967.702,39	87,90
Receita de Serviços	21.672.888,36	45.010.295,71	107,68
Transferências Correntes	3.902.255.470,69	4.200.132.718,88	7,63
Outras Receitas Correntes	68.439.993,93	83.198.699,38	21,56
DEDUÇÕES (II)	**(1.557.613.955,61)**	**(1.742.546.871,59)**	**11,87**
Transferências Constitucionais e legais	(480.650.575,24)	(547.112.600,40)	13,83
Contrib. Plano Seg.Social Servidor	(229.405.381,74)	(288.210.202,88)	25,63
Comp.Financ. entre Regimes de Previd.	(1.108.812,40)	(783.404,10)	-29,35
Dedução de Rec. p/ Formação do FUNDEB	(846.449.186,23)	(906.440.664,21)	7,09
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	**5.323.440.128,75**	**6.071.450.294,61**	**14,05**

Fonte: SIAFEM/TO

Gráfico 38 — Evolução da Receita Corrente Líquida



7,63% em relação ao exercício de 2013.

Tabela 48	Relação (%) Despesas com Pessoal e Encargos sobre a Receita Corrente Líquida			
PODER/ÓRGÃO	LIMITE	APURADO		
		2012	2013	2014
Poder Executivo	49,00	48,79	51,69	50,93
Poder Legislativo	3,00	2,91	2,89	2,90
Poder Judiciário	6,00	4,71	5,26	5,30
Ministério Público	2,00	1,6	1,69	1,63
TOTAL	**60,00**	**58,01**	**61,53**	**60,76**

Fonte: SIAFEM/TO

6.9.2 Despesas com Pessoal e Encargos

Para o controle dos gastos dos Estados, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu que o total das despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, não poderá exceder 60% da RCL.

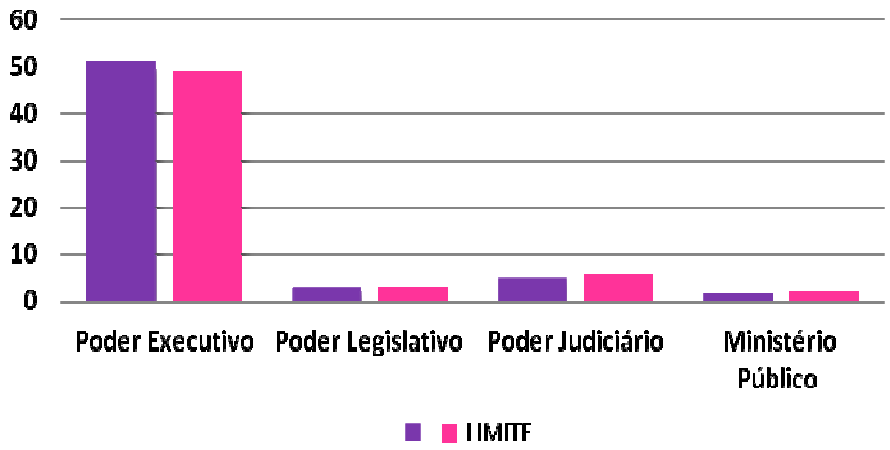
A tabela 48 evidencia o cálculo da despesa total com Pessoal do Estado do Tocantins, o qual atingiu 60,76% da Receita Corrente Líquida, 0,76% acima do limite máximo estabelecido pelo inciso II do art.19 da LRF que é de 60,00% da RCL.

6.9.3 Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada ou fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, inclusive as operações de créditos com prazo inferior, cujas receitas tenham constado no orçamento, conforme o art. 29 da LRF.

Para todos os fins, o conceito de endividamento utilizado na apuração dos respectivos limites, com base na

Gráfico 39 Despesas (%) com Pessoal



receita corrente líquida, deverá ser o da Dívida Consolidada Líquida, sendo que os limites são os estabelecidos pela Resolução n.º 40/2001 do Senado Federal, em seu art. 3º, Inciso I, ou seja, até 2 (duas) vezes o valor da Receita Corrente Líquida.

A tabela 49 demonstra o cumprimento com folga pelo Estado do Tocantins em relação ao limite de endividamento.

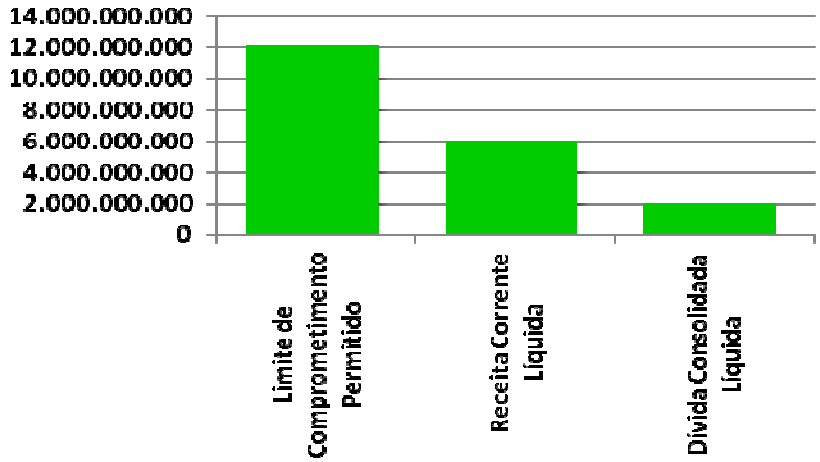
Outro limite quanto à dívida consolidada é o disposto no art. 7º, inciso II da Resolução n.º 43 do Senado Federal em que determina que o limite de comprometimento com pagamento de amortização, juros e demais encargos da dívida consolidada é de 11,5% da Receita Corrente Líquida, sendo que o Estado do Tocantins teve de despesas com o serviço da dívida de R$ 329.400.331,88, comprometendo somente 6,19% da RCL.

Tabela 49 — Limite de Endividamento do Estado

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	% PERCENTUAL
Limite de Comprometimento Permitido	12.142.900.589,22	200,00
Receita Corrente Líquida	6.071.450.294,61	100,00
Dívida Consolidada Líquida	1.983.736.520,58	32,67

Fonte: SIAFEM/TO

Gráfico 40 — Limite de Endividamento do Estado



6.9.4 Garantias e Contragarantias de Valores

Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observado o disposto na LRF e nas Resoluções do Senado Federal n.º 40 e 43, de 2001, e n.º 96, de 1989, e suas alterações posteriores.

Tabela 50 — Limite das Garantias Concedidas

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	
Receita Corrente Líquida	6.071.450.294,61	100,00
Limite de Garantia Permitido	1.335.719.064,81	22,00
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00

Fonte: SIAFEM/TO

O saldo global das garantias concedidas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios não poderá exceder a 22% (vinte e dois por cento) da Receita Corrente Líquida. Pode-se observar na tabela 50 o cumprimento por parte do Estado do Tocantins em relação a este limite.

6.9.5 Operações de Crédito

Corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital, constantes do Projeto de Lei Orçamentária, salvo se autorizado mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta, conforme o inciso III do art. 167 da Constituição Federal.

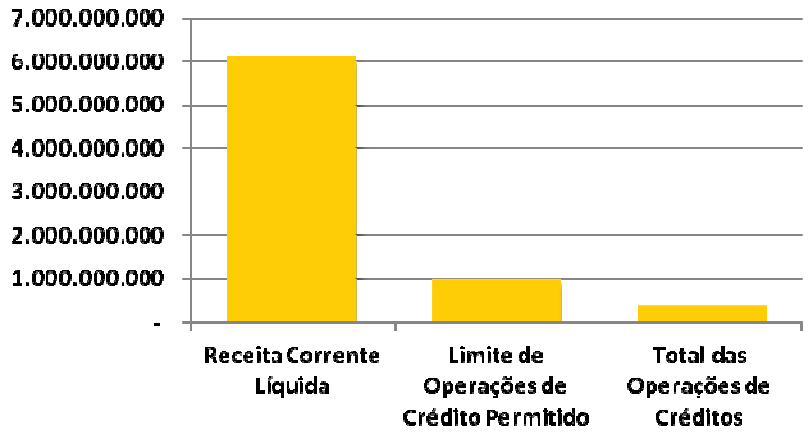
O montante global das operações realizadas em um exercício financeiro, exceto as operações de crédito por antecipação de receita, não poderá ser superior a 16% (dezesseis por cento) da Receita Corrente Líquida. Limite este cumprido pelo Estado, conforme demonstrado na tabela 51.

Tabela 51 — Limite das Operações de Créditos

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	% PERCENTUAL
Receita Corrente Líquida	6.071.450.294,61	100,00
Limite de Operações de Crédito Perm	971.432.047,14	16,00
Total das Operações de Créditos	396.861.958,83	6,54

Fonte: SIAFEM/TO

Gráfico 41 — Limite das Operações de Créditos



6.9.6 Disponibilidade de Caixa

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 42, veda ao titular de Poder ou Órgão, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

Cabe ressaltar que na inscrição em restos a pagar, deve-se observar que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender o objeto de sua vinculação, conforme preceitua o art. 8º parágrafo único da LRF, conforme tabela 52.

Gráfico 42 — **Disponibilidade de Caixa X Inscrição em Restos a Pagar - LRF, art. 42**

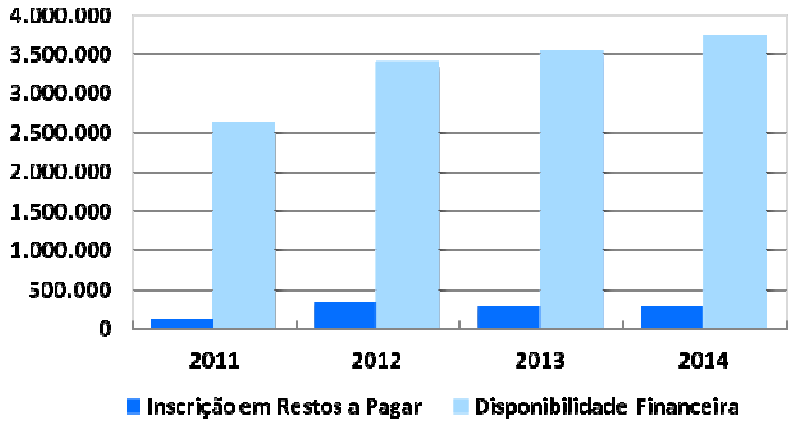


Tabela 52 — **Disponibilidade de Caixa X Inscrição em Restos a Pagar - LRF, art. 42**

ANO	Disponibilidade Financeira	Inscrição em Restos a Pagar	%
2011	2.618.849	118.222	4,51
2012	3.400.366	323.660	9,52
2013	3.532.543	278.234	7,88
2014	3.724.714	281217	7,55

Em R$ mil

Fonte: SIAFEM/TO

6.9.7 Resultado Nominal

O objetivo da apuração do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida. O resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até 31 de dezembro de 2014 e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior.

Portanto, a meta de resultado nominal do Estado do Tocantins prevista na Lei de Diretrizes Orçamentária nº 2.779, de 22 de novembro de 2013 foi de R$ 769.086.000,00 e o resultado atingido foi de R$ 618.726.408,29, ou seja, houve o cumprimento da meta estipulada com uma margem de R$ 150.359.591,71.

Tabela 53 Demonstrativo Simplificado do Resultado Nominal

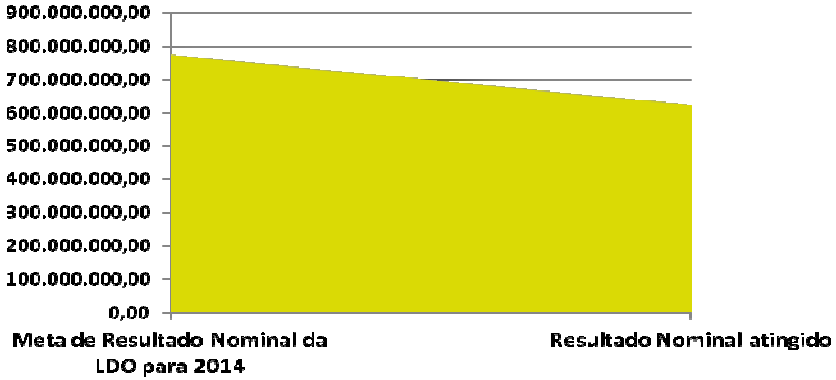
ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 dez 2013 (a)	Em 31 out 2014 (b)	Em 31 dez 2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.101.879.424,38	2.373.001.903,41	2.479.752.835,41
DEDUÇÕES (II)	736.869.312,09	575.207.092,56	496.016.314,83
Ativo Disponível	838.939.097,10	558.379.271,36	573.543.839,63
Haveres Financeiros	6.346.318,49	24.302.740,06	38.351.960,48
(-) Restos a pagar processados	108.416.103,50	7.474.918,86	115.879.485,28
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	1.365.010.112,29	1.797.794.810,85	1.983.736.520,58
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	**1.365.010.112,29**	**1.797.794.810,85**	**##########**

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Em 31 dez 2014 (c - a)
RESULTADO NOMINAL	**185.941.709,73**	**618.726.408,29**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE 2014	**769.086.000,00**

Fonte: SIAFEM/TO

Gráfico 43 Demonstrativo Simplificado do Resultado Nominal



6.9.8 Resultado Primário

O Resultado Primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias. Sua apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação. Superávits Primários são direcionados para o pagamento de serviço da dívida, contribuindo para a redução do estoque total da dívida líquida. Em outras palavras o resultado primário permite avaliar se o nível de gastos do Ente está compatível com sua arrecadação.

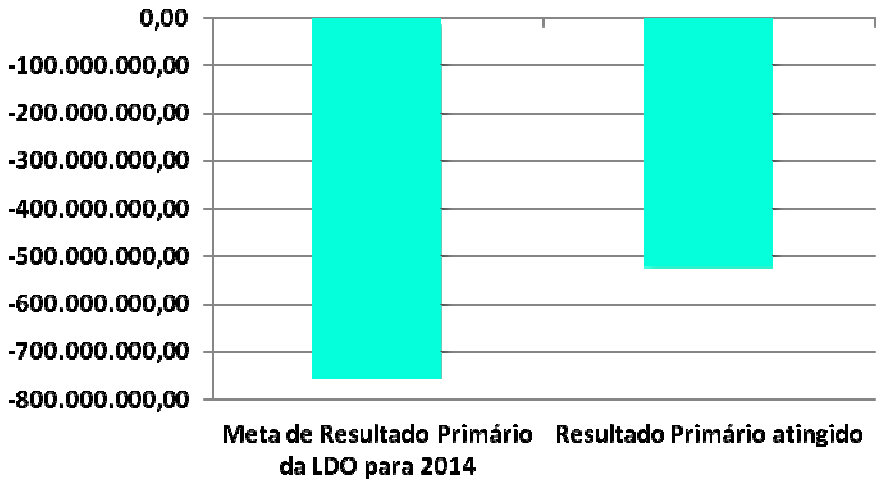
Portanto, a meta de resultado primário do Estado do Tocantins prevista na Lei de Diretrizes Orçamentária nº 2.779, de 22 de novembro de 2013 foi de R$ 755.133.000,00 e o resultado atingido foi um déficit primário de R$ 522.092.597,60.

Tabela 54 Demonstrativo Simplificado do Resultado Primário

RECEITA PRIMÁRIAS	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	6.855.772.516,11
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (II)	100.422.854,17
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL (III = I+II)	**6.956.195.370,28**
DESPESAS	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV)	6.206.416.582,43
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (V)	948.408.132,71
RESERVA DO RPPS (VI)	323.463.252,74
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAL (VII = IV+V+VI)	**7.478.287.967,88**
RESULTADO PRIMÁRIO (VII = III-VI)	**(522.092.597,60)**
META DO RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA L.D.O. P/ O EXERCÍCIO DE 2014	**(755.133.000,00)**

Fonte: SIAFEM/TO

Gráfico 44 Demonstrativo Simplificado do Resultado Primário



6.9.9 Limites Constitucionais

A aplicação de recursos mínimos nas ações e serviços de saúde é determinada no art. 77, da Emenda Constitucional nº. 29. No exercício de 2014, o Governo do Estado do Tocantins aplicou em saúde R$ 1.071,7 milhões, ou seja, 21,46% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais e legais, superando o limite legal em 9,46%, ou seja, aproximadamente R$ 472,4 milhões.

Tabela 55 — Evolução da Aplicação na Saúde

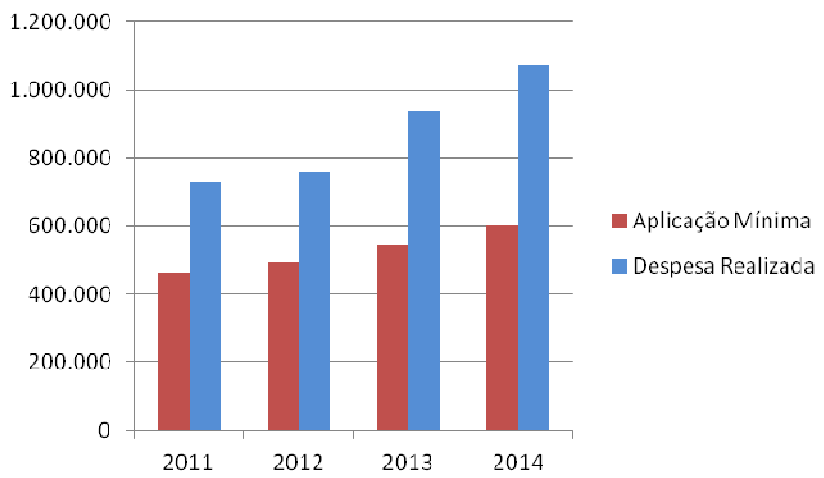
PERÍODO	APLICAÇÃO MÍNIMA	DESPESA REALIZADA	
2011	465.317	729.585	18,82
2012	493.676	760.366	18,48
2013	545.031	937.782	20,65
2014	599.261	1.071.657	21,46

Em R$ Mil

* Percentual sobre a Receita Líquida de impostos e transferências constitucionais e legais.

Fonte: SIAFEM/TO

Gráfico 45 — Evolução da Aplicação na Saúde



6.9.10 Aplicação na Educação

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 212, assegurou, em seus diferentes níveis, patamares mínimos de investimentos públicos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, sendo que, no caso dos estados, é de 25% da receita

resultante de impostos. O Governo do Estado do Tocantins, em cumprimento a este dispositivo constitucional, aplicou R$ 1.195.421 mil, correspondendo a 23,94%, inferior ao limite constitucional.

A tabela 56 evidencia a aplicação dos recursos na educação nos últimos quatro anos, juntamente com a aplicação mínima em cada exercício.

Tabela 56 — Evolução da Aplicação na Educação (Em R$ Mil)

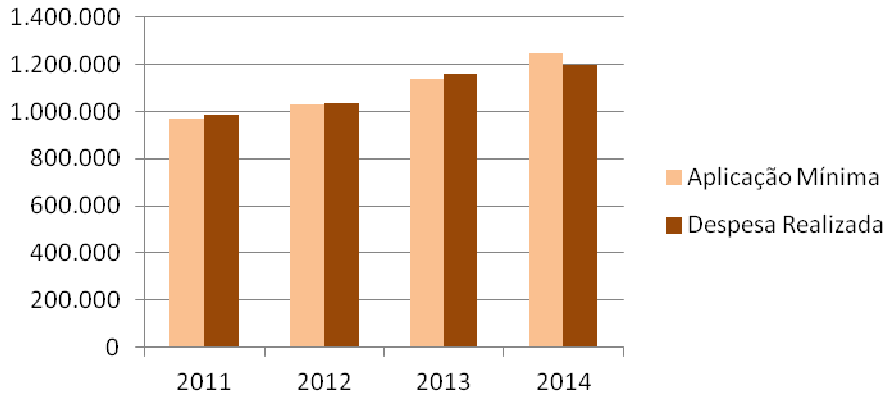
PERÍODO	APLICAÇÃO MÍNIMA	DESPESA REALIZADA	%*
2011	969.411	984.413	25,39
2012	1.028.492	1.034.787	25,15
2013	1.135.481	1.160.609	25,55
2014	1.248.460	1.195.421	23,94

* Percentual sobre a receita resultante de impostos.

Fonte: SIAFEM/TO

Outro investimento estadual na educação, diz respeito ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, que foi instituído pela Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Gráfico 46 — Evolução da Aplicação na Educação



Os recursos do FUNDEB são automaticamente repassados aos estados e municípios, levando-se em conta diversas variáveis e não somente na proporção do número de alunos matriculados constante no Censo do MEC do ano anterior, como no caso do FUNDEF.

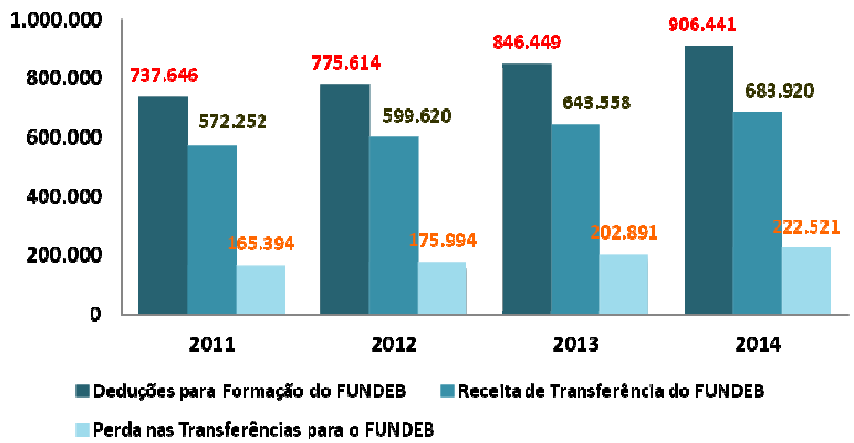
Conforme exposto na tabela 57, pode-se observar que o Estado do Tocantins vem contribuindo com o Fundo mais do que dele recebe. Há, portanto, uma perda líquida gradativa de 23,48% em média. Esta perda, especificamente em 2014, foi de 24,55%.

Tabela 57 — Perdas do Estado com o FUNDEB (Em R$ Mil)

ESPECIFICAÇÃO	2011	2012	2013	2014
Deduções para Formação do FUNDEB	737.646	775.614	846.449	906.441
Receita de Transferência do FUNDEB	572.252	599.620	643.558	683.920
Perda nas Transferências para o FUNDEB	165.394	175.994	202.891	222.521

Fonte SIAFEM/TO

Gráfico 47 — Perdas do Estado com o FUNDEB



RELATÓRIOS GERENCIAIS 2014

Sandoval Cardoso Lôbo
Governador do Estado

Marcelo Olimpio Carneiro Tavares
Secretário da Fazenda (até 17/11/2014)

Joaquim Carlos Parente Júnior
Secretário da Fazenda

Roger Luis Monteiro Tolentino
Subsecretário do Tesouro

Ramon Gomes Queiroz
Secretário Executivo

Ana Ferreira Alves Martins
Superintendente do Departamento de Gestão Contábil

Sorayma Soares de Almeida Viana
Diretora de Demonstrações Contábeis

Mauricio Parizotto Lourenço
Diretor de Responsabilidade Fiscal

Altran de Oliveira Junior
Diretor da Dívida Pública